



Relatório e contas individuais

2008

Portugal Telecom, SGPS, SA

Relatório e contas 2008

Relatório de gestão	2
Introdução	2
Síntese da actividade	2
Informações legais	3
Proposta de aplicação de resultados e distribuição de reservas	3
Eventos do exercício e desenvolvimentos recentes	4
Demonstrações financeiras	7
Relatório e parecer da Comissão de Auditoria	55
Certificação legal das contas	61
Relatório de auditoria	67

Relatório de gestão

Introdução

O relatório de gestão relativo à actividade consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. faz ampla referência a todos os aspectos relativos à evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas do Grupo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, pelo que, sobre essas matérias, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do mesmo.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas geralmente aceites em Portugal ("PGAAP"), ao invés das demonstrações financeiras consolidadas que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia ("IFRS"), conforme normativo aplicável às empresas cotadas em bolsas de valores da União Europeia. A reconciliação do valor do capital próprio em 31 de Dezembro de 2008 e do resultado líquido do exercício findo nessa data, atribuíveis aos accionistas da Empresa, entre as demonstrações financeiras individuais (em PGAAP) e as consolidadas (em IFRS) é conforme segue (em milhões de euros):

	Resultado líquido	Capital próprio
Em PGAAP	489	1.202
Instrumentos financeiros (IAS 32 e 39)	(8)	(133)
Benefícios de reforma (IAS 19)	33	(985)
Amortização de goodwill e licenças (IAS 36 e 38)	67	221
Transações de sale and lease back (IAS 17)	2	(39)
Desmantelamento e remoção de activos (IAS 16)	(1)	(24)
Despesas de instalação e investigação e desenvolvimento (IAS 38)	(1)	(6)
Reconhecimento da receita (IAS 18)	1	-
Em IFRS	582	236

Síntese da actividade

O volume de negócios da sociedade, em termos individuais, advém exclusivamente da prestação de serviços de gestão às empresas do Grupo, tendo ascendido, no exercício de 2008, a cerca de 17 milhões de Euros.

A redução ocorrida no volume de negócios em 2008 resulta essencialmente do facto dos serviços de gestão à Vivo Participações, S.A. terem terminado em Agosto de 2008.

Informações legais

- Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado Português e à Segurança Social.
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar significativos em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, excepto para aqueles mencionados na Nota 45 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008.
- Na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 27 de Abril de 2007 e com o objectivo de cumprir o programa de recompra de acções próprias, a Empresa efectuou em 24 de Março e 10 de Dezembro de 2008 duas reduções de capital nos montantes de 2.496.145 Euros e 1.382.480 Euros, respectivamente, através do cancelamento de 83.204.823 e 46.082.677 acções próprias, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social ascende a 26.895.375 Euros, tendo cada acção um valor nominal de 3 cêntimos de Euro.

Proposta de aplicação de resultados e distribuição de reservas

Considerando que:

- No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 apurou-se um resultado líquido no montante de 488.717.970 Euros; e
- A reserva legal constante do balanço de 31 de Dezembro de 2008, representa pelo menos 20% do capital social, encontrando-se deste modo integralmente constituída a reserva exigida pelo número 1 do artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração propõe:

- Que, considerando o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 no montante de 488.717.970 euros, aumentado por reservas livres no montante de 26.776.717,5 euros, sejam pagos aos accionistas 515.494.687,5 euros, correspondendo a 57,5 cêntimos de Euro por acção, relativamente ao número total de acções emitidas;
- Que, não sendo possível determinar com exactidão o número de acções próprias que estarão em carteira à data do pagamento acima referido sem limitar a capacidade de intervenção da Empresa, a verba global de 515.494.687,5 euros prevista no parágrafo anterior, calculada na base de um

montante unitário por acção emitida (no caso, 57,5 cêntimos de Euro por acção), seja objecto de distribuição da seguinte forma:

- a) A cada acção emitida seja pago o montante unitário de 57,5 cêntimos de Euro;
 - b) Não seja pago, sendo transferido para resultados transitados, o montante correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria Sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 57,5 cêntimos de Euro por acção emitida).
- Considerando o direito ao pagamento acima referido inerente às acções resultantes do exercício do direito de conversão de obrigações convertíveis emitidas:
 - a) A cada acção com direito a dividendo resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja pago o referido montante unitário de 57,5 cêntimos de Euro;
 - b) O pagamento referente a cada acção resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja efectuado mediante utilização do montante remanescente de resultados transitados após a distribuição constante do número um da presente proposta.

Eventos do exercício e desenvolvimentos recentes

Os eventos do exercício e desenvolvimentos recentes encontram-se descritos no relatório de gestão do relatório e contas consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2009

O Conselho de Administração

Henrique Granadeiro, Presidente do Conselho de Administração

Zeinal Bava, Presidente da Comissão Executiva

Luís Pacheco de Melo, Administrador Executivo, Chief Financial Officer

António Caria, Administrador Executivo

Rui Pedro Soares, Administrador Executivo

Santiago Fernández Valbuena, Administrador Não Executivo

José María Álvarez-Pallete López, Administrador Não Executivo

Joaquim Goes, Administrador Não Executivo

Amílcar de Morais Pires, Administrador Não Executivo

Francisco Marques Bandeira, Administrador Não Executivo

Jorge Tomé, Administrador Não Executivo

Nuno de Almeida e Vasconcellos, Administrador Não Executivo

Rafael Mora Funes, Administrador Não Executivo

João de Mello Franco, Administrador Não Executivo

Thomaz Paes de Vasconcellos, Administrador Não Executivo

José Xavier de Basto, Administrador Não Executivo

Franquelim Alves, Administrador Não Executivo

Gerald McGowan, Administrador Não Executivo

Francisco Pereira Soares, Administrador Não Executivo

Fernando Soares Carneiro, Administrador Não Executivo

Luís de Azevedo Coutinho, Administrador Não Executivo



Demonstrações financeiras

PORUTGAL TELECOM, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	2008		2007		
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido	
IMOBILIZADO:						
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	8,10	7.305.329	(7.305.329)	-	1.416.072	
Propriedade industrial e outros direitos	8,10	626.704	(607.957)	18.747	130.595	
Trespasses	9,10	136.197.176	(45.723.135)	90.474.041	108.038.797	
		<u>144.129.209</u>	<u>(53.636.421)</u>	<u>90.492.788</u>	<u>109.585.464</u>	
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	10	111.715	(77.580)	34.135	71.373	
Equipamento de transporte	10	1.270.880	(712.596)	558.284	755.908	
Ferramentas e utensílios	10	574	(574)	-	-	
Equipamento administrativo	10	892.942	(845.593)	47.349	78.399	
Outras imobilizações corpóreas	10	1.045.754	(49.121)	996.633	1.017.513	
		<u>3.321.865</u>	<u>(1.685.464)</u>	<u>1.636.401</u>	<u>1.923.193</u>	
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	10,16	1.739.221.801	-	1.739.221.801	1.165.893.321	
Empréstimos a empresas do grupo	10,16	9.368.252.297	-	9.368.252.297	8.194.754.736	
Partes de capital em empresas associadas	10,16	54.749.893	(1.995.192)	52.754.701	56.463.287	
Empréstimos a empresas associadas	10,16	38.516.979	(3.198.311)	35.318.668	35.318.668	
Partes de capital em outras empresas	10,16	1.356.188	-	1.356.188	1.357.288	
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	10	2.117.000	-	2.117.000	1.797.000	
		<u>11.204.214.158</u>	<u>(5.193.503)</u>	<u>11.199.020.655</u>	<u>9.455.584.300</u>	
CIRCULANTE:						
Dívidas de terceiros - curto prazo:						
Empresas do grupo	16	277.323.663	-	277.323.663	533.136.586	
Empresas participadas e participantes		-	-	-	8.505.831	
Adiantamentos a fornecedores		88.563	-	88.563	93.202	
Estado e outros entes públicos	49	129.915.108	-	129.915.108	92.837.650	
Outros devedores		21.151.823	(37.249)	21.114.574	9.228.742	
		<u>428.479.157</u>	<u>(37.249)</u>	<u>428.441.908</u>	<u>643.802.011</u>	
Títulos negociáveis:						
Outros títulos negociáveis	51	-	-	-	158.905.836	
Outras aplicações de tesouraria	51	-	-	-	728.184.115	
		-	-	-	<u>887.089.951</u>	
Depósitos bancários e caixa:						
Depósitos bancários	55	324.727.073	-	324.727.073	53.590.287	
Caixa	55	2.000	-	2.000	2.000	
		<u>324.729.073</u>	-	<u>324.729.073</u>	<u>53.592.287</u>	
Acréscimos e diferimentos:						
Acréscimos de proveitos	52	34.638.331		34.638.331	36.226.321	
Custos diferidos	52	2.660.190		2.660.190	1.179.034	
Activos por impostos diferidos	6	17.833.899		17.833.899	19.409.462	
		<u>55.132.420</u>		<u>55.132.420</u>	<u>56.814.817</u>	
Total de amortizações			(55.321.885)			
Total de ajustamentos			(5.230.752)			
Total do activo		<u>12.160.005.882</u>	<u>(60.552.637)</u>	<u>12.099.453.245</u>	<u>11.208.392.023</u>	

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

Capital Próprio e Passivo	Notas	2008	2007
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	35.36,40	26.895.375	30.774.000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	393.744.049	189.792.584
Reservas:			
Reserva legal	40	6.773.139	6.773.139
Outras reservas	40	137.381.149	471.331.125
Resultados transitados	40	148.823.527	774.802.104
Resultado líquido do exercício	40	488.717.970	613.450.573
Total do capital próprio		<u>1.202.335.209</u>	<u>2.086.923.525</u>
PASSIVO:			
Provisões	34	176.769.590	192.076.247
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações	48	750.000.000	-
Dívidas a instituições de crédito	48	477.644.528	497.696.079
Outros empréstimos obtidos	48	1.490.700.000	1.233.500.000
Fornecedores de imobilizado - conta corrente	15	251.987	499.864
		<u>2.718.596.515</u>	<u>1.731.695.943</u>
Dívidas a terceiros - curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	48	110.051.551	123.269.695
Outros empréstimos obtidos	48	686.326.163	323.688.504
Fornecedores - conta corrente		4.939.385	8.802.570
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		226.774	197.492
Empresas do grupo	16	718.130.468	172.329.770
Outros accionistas		665.485	665.485
Fornecedores de imobilizado - conta corrente		303.548	336.369
Estado e outros entes públicos	49	114.774.600	165.457.909
Outros credores		132.548	433.143
		<u>1.635.550.522</u>	<u>795.180.937</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	52	68.487.317	74.474.208
Proveitos diferidos	52	6.297.714.092	6.328.041.163
		<u>6.366.201.409</u>	<u>6.402.515.371</u>
Total do passivo		<u>10.897.118.036</u>	<u>9.121.468.498</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>12.099.453.245</u>	<u>11.208.392.023</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008.

PORUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
CUSTOS E PERDAS			
Fornecimentos e serviços externos		6.761.638	8.688.961
Custos com o pessoal:			
Remunerações		11.483.308	11.939.544
Encargos sociais Outros		<u>444.330</u>	<u>405.003</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	1.823.606	2.305.517
Provisões	34	<u>5.260.937</u>	<u>5.538.857</u>
Impostos		1.210.634	1.023.346
Outros custos e perdas operacionais		<u>154.504</u>	<u>279.409</u>
(A)		<u>27.138.957</u>	<u>30.180.637</u>
Amortizações e ajustamentos de investimentos financeiros	45	10.151.618	28.479.418
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	32.927.094	39.638.338
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo	45	5.757.009	24.924.951
Outros	45	<u>134.460.331</u>	<u>150.325.610</u>
(C)		<u>210.435.009</u>	<u>243.368.317</u>
Custos e perdas extraordinários	46	<u>9.547.422</u>	<u>19.304.623</u>
(E)		<u>219.982.431</u>	<u>292.853.577</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	<u>(14.318.693)</u>	<u>(5.902.679)</u>
(G)		<u>205.663.738</u>	<u>286.950.898</u>
Resultado líquido		<u>488.717.970</u>	<u>613.450.573</u>
		<u>694.381.708</u>	<u>900.401.471</u>
PROVEITOS E GANHOS			
Prestações de serviços		16.641.249	23.607.657
Proveitos suplementares		<u>97.442</u>	<u>57.682</u>
(B)		<u>16.738.691</u>	<u>23.665.339</u>
Rendimentos de participações de capital	45	35.862	2.748.064
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	524.341.777	623.136.904
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo	45	53.151.661	15.397.243
Outros	45	<u>29.783.160</u>	<u>173.732.025</u>
(D)		<u>624.051.151</u>	<u>815.014.236</u>
Proveitos e ganhos extraordinários	46	<u>70.330.557</u>	<u>838.679.575</u>
(F)		<u>694.381.708</u>	<u>61.721.896</u>
		<u>694.381.708</u>	<u>900.401.471</u>
Resultados operacionais:		(B)-(A)	(6.515.298)
Resultados financeiros:		(D-B)-(C-A)	571.645.919
Resultados correntes:		(D)-(C)	565.130.621
Resultados antes de impostos:		(F)-(E)	607.547.894
Resultado líquido		(F)-(G)	613.450.573

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORUGAL TELECOM, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Nota 54	2008	2007
Prestações de serviços	a)	16.641.249	23.607.657
Custo das prestações de serviços	b)	<u>(14.770.742)</u>	<u>(26.853.282)</u>
Resultados Brutos		1.870.507	(3.245.625)
Outros proveitos e ganhos e operacionais		98.666	4.798.806
Custos administrativos		(419.896)	(555.449)
Outros custos e perdas operacionais	c)	<u>(10.179.695)</u>	<u>(24.087.980)</u>
Resultados Operacionais		(8.630.418)	(23.090.248)
Ganhos (perdas) de financiamento, líquidos	d)	(57.282.519)	13.878.707
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	e)	531.464.808	551.883.099
Ganhos (perdas) em outros investimentos	f)	<u>35.862</u>	<u>41.428.162</u>
Resultados Correntes		465.587.733	584.099.720
Impostos sobre os resultados correntes	g)	<u>23.130.237</u>	<u>29.350.853</u>
Resultado líquido do exercício		<u>488.717.970</u>	<u>613.450.573</u>
Resultado por acção		<u>0,55</u>	<u>0,60</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORUTGAL TELECOM, SGPS, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2008	2007
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	55.a)	30.437.731	-
Pagamentos a fornecedores		(9.856.235)	(48.392.416)
Pagamentos ao pessoal		<u>(11.798.477)</u>	<u>(18.967.661)</u>
Fluxo gerado pelas operações		<u>8.783.019</u>	<u>(67.360.077)</u>
Recebimentos/(pagamentos) do imposto sobre o rendimento	55.b)	(63.250.312)	24.508.235
Outros (pagamentos) / recebimentos relativos à actividade operacional		<u>(9.729.954)</u>	<u>6.186.520</u>
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		<u>(64.197.247)</u>	<u>(36.665.322)</u>
Recebimentos/(pagamentos) relacionados com rubricas extraordinárias		<u>(65.345)</u>	<u>2.244.394</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(64.262.592)</u>	<u>(34.420.928)</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Títulos negociáveis	55.c)	1.320.287.460	19.029.581.345
Investimentos financeiros	55.d)	1.151.896.135	1.760.344.579
Imobilizações corpóreas		417.861	559.814
Empréstimos concedidos	55.e)	372.271.602	102.555.095
Juros e proveitos similares		43.242.313	60.306.829
Dividendos	55.f)	542.970.970	100.216.244
Outras actividades de investimento	55.g)	<u>-</u>	<u>126.822.568</u>
		<u>3.431.086.341</u>	<u>21.180.386.474</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Títulos negociáveis	55.c)	(433.197.509)	(18.608.024.640)
Investimentos financeiros	55.h)	(615.877.664)	(23.137.150)
Imobilizações corpóreas		(78.825)	(237.042)
Empréstimos concedidos	55.i)	<u>(1.407.161.946)</u>	<u>-</u>
		<u>(2.456.315.944)</u>	<u>(18.631.398.832)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>974.770.397</u>	<u>2.548.987.642</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	55.j)	43.407.158.455	13.758.956.767
Outras actividades de financiamento	40	<u>7.472.641</u>	<u>19.700.022</u>
		<u>43.414.631.096</u>	<u>13.778.656.789</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	55.k)	(42.311.194.716)	(14.571.366.084)
Amortização de contratos de locação financeira		(658.130)	(903.921)
Juros e custos similares		(150.634.077)	(153.859.588)
Dividendos	40	(541.967.947)	(536.206.838)
Aquisição de acções próprias	40	<u>(1.049.745.618)</u>	<u>(1.050.271.924)</u>
Outras actividades de financiamento		<u>-</u>	<u>(10.240.689)</u>
		<u>(44.054.200.488)</u>	<u>(16.322.849.044)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(639.569.392)</u>	<u>(2.544.192.255)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		270.938.413	(29.625.541)
Efeito das diferenças de câmbio		198.373	(2.251.187)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	55.l)	53.592.287	85.469.015
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	55.l)	<u>324.729.073</u>	<u>53.592.287</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2008

(Montantes expressos em Euros)

Nota Introdutória

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom" ou "Empresa") e as suas empresas subsidiárias e associadas (Nota 16), que integram o seu universo empresarial ("Grupo Portugal Telecom" ou "grupo"), operam essencialmente no sector das telecomunicações, em Portugal e no estrangeiro.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais, as quais foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.c). A Empresa preparou e apresentou em separado demonstrações financeiras consolidadas nas quais são incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Nestas demonstrações financeiras individuais, foram considerados nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2008 e no resultado líquido do exercício findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos.

Desde 2005 que as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom são preparadas de acordo com os IFRS – International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Relato Financeiro) tal como adoptados pela União Europeia. Por esta razão, os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, bem como os resultados líquidos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 que constam nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Portugal Telecom diferem dos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais.

a) Detentores do capital

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados. Em 31 de Dezembro de 2008, o Estado Português e as entidades por si controladas detêm 9,66% do capital da Portugal Telecom, bem como 500 acções de Categoria A (Nota 36), que lhes conferem direitos especiais.

b) Acções cotadas

As acções da Portugal Telecom encontram-se admitidas à negociação na Euronext e na *NYSE - New York Stock Exchange*.

3. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As demonstrações financeiras individuais da Portugal Telecom encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade (POC) e demais legislação portuguesa, sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Relato Financeiro; estas demonstrações financeiras foram preparadas atendendo à convenção do custo histórico, em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sobre a forma.

As notas deste anexo seguem a numeração definida no POC para a apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras individuais.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por trespasses decorrentes de aquisições de partes de capital em empresas do grupo e associadas (*goodwill*), os quais são amortizados de acordo com os critérios indicados na Nota 9.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês de início de utilização dos bens ou da sua entrada em funcionamento.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	3 - 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	3 – 8

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas à data de aquisição, é registada como *trespasse (goodwill)* na rubrica “Imobilizações incorpóreas”, caso a diferença seja positiva, ou em capitais próprios, na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”, caso a diferença seja negativa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos ou em outras variações nos capitais próprios das empresas do grupo e associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período ou de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, respectivamente. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros. Adicionalmente, as responsabilidades da Empresa decorrentes de empresas participadas com capitais próprios negativos são registadas na rubrica de provisões (Nota 34).

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas efectuadas dentro do Grupo são diferidas ou anuladas até ao momento da sua alienação a terceiros. Caso as mais-valias tenham sido diferidas, o seu reconhecimento em resultados é registado na rubrica de “Proveitos e ganhos extraordinários”, na mesma proporção em que o goodwill apurado na empresa compradora é amortizado.

As prestações acessórias e os empréstimos de financiamento concedidos a empresas do grupo e associadas são registados ao valor nominal, diminuídos por ajustamentos para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses empréstimos.

Os investimentos financeiros noutras empresas (participações inferiores a 20%) encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal, diminuídos por ajustamentos para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses investimentos financeiros.

d) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos em regime de locação financeira, que reúnam as condições previstas na Directriz Contabilística N°. 25, bem como as correspondentes responsabilidades, encontram-se reflectidos no balanço, sendo amortizados de acordo com as vidas úteis referidas na Nota 3.b). As rendas relativas aos contratos de locação financeira são registadas como redução daquelas responsabilidades, na componente de capital, e como custos financeiros, na componente de juros (Nota 15).

e) Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

f) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo.

g) Férias e subsídios de férias

Os encargos com férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como custo do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e correspondentes encargos vencidos e não pagos à data do balanço, foram estimados e incluídos na rubrica "Acréscimos de custos" (Nota 52).

h) Impostos sobre o rendimento

Desde o exercício de 2000, a Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação de grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O eventual ganho gerado pela adopção deste regime é registado em resultados do período na rubrica "Ganhos em empresas do grupo e associadas" (Nota 45.d). As empresas participadas que não se encontram abrangidas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento do exercício é apurado de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente, calculado em termos consolidados para o universo das empresas do Grupo abrangidas por esse regime, foram também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou

decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida Directriz, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que os mesmos poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo exercício em que os activos por impostos diferidos sejam revertidos.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos directamente em reservas ou resultados transitados, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período.

À data a que se reporta o balanço, os impostos diferidos são actualizados por alterações na taxa de tributação que se espera vir a estar em vigor à data da sua reversão, bem como por outras eventuais alterações da legislação fiscal relevante.

i) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, foram convertidos para Euros às taxas de câmbio vigentes na data do balanço (Nota 4).

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças ou pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos financeiros na demonstração dos resultados (Nota 45).

Para efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial, a conversão de demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos;
- taxa de câmbio média do período, para a conversão das demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa; e
- taxas de câmbio históricas, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas" (Nota 40).

j) Instrumentos financeiros e gestão de risco

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente operações de *swap* de taxa de juro e de taxa de câmbio e *equity swaps* sobre acções próprias.

Os *swaps* de taxa de juro e de taxa de câmbio são contratados para reduzir a exposição a alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio, na prossecução da política de cobertura de passivos financeiros, sendo igualmente contratadas operações de *forward* e opções cambiais (Nota 53).

Os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos derivados que estejam a cobrir os riscos acima mencionados de determinados activos ou passivos, são registados em resultados de forma simétrica às perdas e ganhos associados aos activos ou passivos relacionados. Caso os instrumentos derivados não estejam a reduzir os riscos definidos, ou não estejam relacionados com nenhum risco específico, os mesmos são registados ao seu *fair value* na data do balanço, sendo os ganhos e perdas decorrentes da variação de valor de mercado ao longo do tempo registados em resultados.

Os prémios recebidos ou pagos, bem como os encargos com estas operações, são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas.

Os *equity swaps* sobre acções próprias foram contratados no âmbito do programa de recompra de acções próprias, com o objectivo de flexibilizar a sua execução. Os *equity swaps* sobre acções de empresas subsidiárias são contratados na prossecução da política de gestão de exposição a investimentos financeiros.

4. Cotações Utilizadas para Conversão de saldos em Moeda Estrangeira

Os activos e passivos em 31 de Dezembro de 2008 e os resultados do exercício findo nessa data expressos em moeda estrangeira, foram convertidos para Euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao Euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

Designação	Código	Câmbio fecho	Câmbio médio
Dólar Americano	USD	1.3917	1.4708
Libra Esterlina	GBP	0.9525	0.9525
Real Brasileiro	BRL	3.2436	2.6737

6. Impostos e Taxas

(a) A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento em sede de IRC, à taxa normal de 25%, acrescida de Derrama que poderá ser no máximo de 1,5% sobre o lucro tributável para efeitos de IRC, atingindo desta forma uma taxa máxima de 26,5%.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a matéria colectável da Empresa foi estimada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades ("RETGS" ou "consolidação fiscal"), abrangendo as seguintes empresas participadas: PT Comunicações, S.A. ("PT Comunicações"); TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. ("TMN"); PT Prime, S.A. ("PT Prime"); PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ("PT Contact"); PT Imobiliária, S.A. ("PT Imobiliária"); PT Ventures, SGPS, S.A. ("PT Ventures"); PT Inovação, S.A. ("PT Inovação"); PT Móveis, SGPS, S.A. ("PT Móveis"); PT Pro - Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A. ("PT Pro"); PT-Sistemas de Informação, S.A. ("PT SI"); PT Compras - Serviços de Consultoria e Negociação, S.A. ("PT Compras"); PT Participações SGPS, S.A. ("PT Participações"); PT Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional, S.A. ("PT II"); PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. ("PT Prestações"); PT Portugal, SGPS, S.A. ("PT Portugal"); PT Rede Fixa, SGPS, S.A. ("PT Rede Fixa"); PT Centro Corporativo, S.A. ("PT Centro Corporativo"); e Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda. ("Infonet").

- (b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correções dessas declarações fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008, considerando as provisões constituídas e as expectativas de resolução das situações existentes à presente data (Nota 34).
- (c) Em sede de Imposto Sobre o Valor Acrescentado ("IVA"), a Empresa utiliza o método da afectação real e da percentagem de dedução para a determinação do imposto a deduzir.
- (d) O detalhe dos saldos e movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 é o seguinte:

	Saldo inicial	Resultado líquido	Saldo final
Activos por impostos diferidos			
Provisões	910.608	(910.608)	-
Instrumentos financeiros	15.255.254	(664.955)	14.590.299
Outros	3.243.600	-	3.243.600
	19.409.462	(1.575.563)	17.833.899

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados, é como segue:

Resultados antes de impostos	474.399.277
Taxa nominal de imposto	26,5%
Imposto esperado	<u>125.715.808</u>
Diferenças permanentes (a)	(140.899.998)
Ajustamentos à colecta	30.183
Outros	<u>835.314</u>
	<u><u>(14.318.693)</u></u>

O imposto sobre o rendimento tem a seguinte composição:

Imposto corrente (Nota 49)	(15.894.256)
Imposto diferido	<u>1.575.563</u>
	<u><u>(14.318.693)</u></u>

(a) As diferenças permanentes apresentam a seguinte composição:

Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial (Notas 45.b e 45.d)	(477.214.088)
Reconhecimento das mais-valias diferidas (Nota 46)	(48.465.493)
Poupança resultante da consolidação fiscal (Nota 45.d)	(14.200.595)
Amortização do <i>goodwill</i> (Nota 45)	10.151.618
Insuficiência de estimativa para impostos sobre o rendimento (Nota 46)	1.604.790
Outros	<u>(3.574.336)</u>
Taxa nominal de imposto	<u><u>(531.698.104)</u></u>
	<u><u>26,5%</u></u>
	<u><u>(140.899.998)</u></u>

7. Número Médio de Pessoal

No exercício de 2008, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa, que em parte é cedido por empresas do grupo, é o seguinte:

Pessoal efectivo	20
Pessoal contratado a termo	<u>1</u>
	21
Pessoal cedido por empresas do Grupo	<u>3</u>
	<u><u>24</u></u>

As responsabilidades com pensões de reforma relativas a empregados cedidos por empresas do Grupo foram assumidas directamente pelas empresas cedentes, sendo o respectivo custo debitado à Portugal Telecom e incluído na rubrica "Custos com o pessoal".

8. Despesas de Instalação, de Investigação e Desenvolvimento e Propriedade Industrial

Em 31 de Dezembro de 2008, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
Despesas de investigação e desenvolvimento:		
Estudos e projectos	7 305 329	7 305 329
Amortizações acumuladas	<u>(7.305.329)</u>	<u>(5.889.257)</u>
	<u><u>-</u></u>	<u><u>1.416.072</u></u>
Propriedade industrial e outros direitos:		
Licenças de utilização de software	433 050	433 050
Outros	193 654	193 654
Amortizações acumuladas	<u>(607.957)</u>	<u>(496.109)</u>
	<u><u>18.747</u></u>	<u><u>130.595</u></u>

9. Trespasses

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de trespasses (*goodwill*) tem a seguinte composição (Nota 10.a):

	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Páginas Amarelas	89.338.063	(27.918.145)	61.419.918
UOL	<u>46.859.113</u>	<u>(17.804.990)</u>	<u>29.054.123</u>
	<u><u>136.197.176</u></u>	<u><u>(45.723.135)</u></u>	<u><u>90.474.041</u></u>

O *goodwill* decorrente das aquisições de investimentos financeiros é amortizado pelo método das quotas constantes no período esperado de recuperação do investimento, o qual ascende a 20 e 10 anos nos casos das Páginas Amarelas e da UOL, respectivamente.

10. Activo Imobilizado

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Os movimentos ocorridos no exercício de 2008 no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, são os seguintes:

	Activo bruto					
	Saldo Inicial	Aumentos	Alíenações	Actualização cambial (Nota 40)	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	7.305.329	-	-	-	-	7.305.329
Propriedade industrial e outros direitos	626.704	-	-	-	-	626.704
Trespasses (Nota 9)	<u>147.879.918</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.682.742)</u>	<u>-</u>	<u>136.197.176</u>
	<u><u>155.811.951</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(11.682.742)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>144.129.209</u></u>
Imobilizações Corpóreas:						
Edifícios e outras construções	111.715	-	-	-	-	111.715
Equipamento de transporte	1.726.406	377.073	(757.127)	-	(75.471)	1.270.880
Ferramentas e utensílios	574	-	-	-	-	574
Equipamento administrativo	892.942	-	-	-	-	892.942
Outras imobilizações corpóreas	<u>1.045.754</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.045.754</u>
	<u><u>3.777.391</u></u>	<u><u>377.073</u></u>	<u><u>(757.127)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(75.471)</u></u>	<u><u>3.321.865</u></u>

	Amortizações acumuladas					Saldo final
	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Actualização cambial (Nota 40)	Transferências e abates	
Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	5.889.257	1.416.072	-	-	-	7.305.329
Propriedade industrial e outros direitos	496.109	111.848	-	-	-	607.957
Trespasses (Nota 9 e 45)	39.841.121	10.151.618	-	(4.269.604)	-	45.723.135
	<u><u>46.226.487</u></u>	<u><u>11.679.538</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(4.269.604)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>53.636.421</u></u>
Imobilizações Corpóreas:						
Edifícios e outras construções	40.342	37.238	-	-	-	77.580
Equipamento de transporte	970.498	206.518	(427.620)	-	(36.800)	712.596
Ferramentas e utensílios	574	-	-	-	-	574
Equipamento administrativo	814.543	31.051	-	-	-	845.593
Outras imobilizações corpóreas	28.241	20.879	-	-	-	49.121
	<u><u>1.854.198</u></u>	<u><u>295.686</u></u>	<u><u>(427.620)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(36.800)</u></u>	<u><u>1.685.464</u></u>

b) Investimentos financeiros

Os movimentos ocorridos no exercício de 2008 nas rubricas de investimentos financeiros foram os seguintes:

	Saldo Inicial	Aumentos (I)	Alienações (II)	Ajustamentos / Transferências	Reduções (III)	Equivalência patrimonial (IV)	Distribuição de dividendos (V)	Saldo final
Investimentos financeiros:								
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	1.165.893.321	423.934.479	(14.054.333)	258.957	-	704.042.402	(540.853.025)	1.739.221.801
Empréstimos a empresas do grupo (Nota 16)	8.194.754.736	1.299.925.329	(19.067.500)	-	(107.360.268)	-	-	9.368.252.297
Partes de capital em empresas associadas (Nota 16)	58.458.479	-	-	-	-	(1.626.503)	(2.082.083)	54.749.893
Empréstimos a empresas associadas (Nota 16)	38.610.734	-	-	(93.755)	-	-	-	38.516.979
Partes de capital em outras empresas (Nota 16)	1.357.288	-	-	(1.100)	-	-	-	1.356.188
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	1.797.000	320.000	-	-	-	-	-	2.117.000
	<u><u>9.460.871.558</u></u>	<u><u>1.724.179.808</u></u>	<u><u>(33.121.833)</u></u>	<u><u>164.102</u></u>	<u><u>(107.360.268)</u></u>	<u><u>702.415.899</u></u>	<u><u>(542.935.108)</u></u>	<u><u>11.204.214.158</u></u>
Ajustamentos a investimentos financeiros		(5.287.258)	-	93.755	-	-	-	(5.193.503)
	<u><u>9.455.584.300</u></u>	<u><u>1.724.179.808</u></u>	<u><u>(33.121.833)</u></u>	<u><u>257.857</u></u>	<u><u>(107.360.268)</u></u>	<u><u>702.415.899</u></u>	<u><u>(542.935.108)</u></u>	<u><u>11.199.020.655</u></u>

(i) O aumento ocorrido na rubrica "Partes de capital em empresas do grupo" inclui 391.625.528 Euros relativos à aquisição à PT Ventures, em Janeiro de 2008, da participação financeira de 78% que esta detinha na Africatel, pelo montante de 374.993.712 Euros (Nota 55.h). A diferença entre o valor dos capitais próprios da Africatel e o valor de compra, foi reconhecido directamente em resultados (Nota 46).

Adicionalmente, os aumentos na rubrica de "Partes de capital em empresas do grupo" incluem 32.308.951 Euros relativos ao aumento de capital na PT Ventures (Nota 55.h).

O aumento ocorrido na rubrica “Empréstimos a empresas do grupo” tem a seguinte composição:

Prestações acessórias concedidas (Nota 55.h):

PT Portugal	198.000.000
PT Inovação	2.500.000
PT II	1.000.000

Suprimentos concedidos (Nota 55.i):

PT Comunicações	744.000.000
PT Pro	14.000.000
PT Inovação	9.000.000

Aquisições:

Aquisição dos suprimentos concedidos à Africatel (Nota 55.i)	329.670.329
Aquisição das prestações acessórias concedidas à Africatel (Nota 55.h)	1.755.000
	<u>1.299.925.329</u>

O aumento ocorrido na rubrica “Adiantamentos por conta de investimentos financeiros” refere-se à participação no aumento de capital da PT Ásia no montante de 320.000 Euros (Nota 55.h).

- (ii) As alienações de partes de capital em empresas do grupo referem-se à alienação, em Setembro de 2008, de uma participação de 3% do investimento na Africatel, pelo montante de 13.359.362 Euros (Nota 55.d). Em resultado desta operação, a Portugal Telecom passou a deter uma participação de 75% nesta empresas participada.

Os movimentos relacionados com alienações ocorridos na rubrica “Empréstimos a empresas do grupo” incluem (1) a redução de uma parcela das prestações acessórias concedidas à Africatel no montante de 67.500 Euros (Nota 55.d), no seguimento da alienação de 3% do investimento nesta empresa, e (2) a alienação dos empréstimos concedidos à PT Wi-Fi no montante de 19.000.000 Euros (Nota 55.d), na sequência da alienação desta empresa à TMN.

- (iii) A redução na rubrica “Empréstimos a empresas do grupo” inclui: (1) o reembolso de prestações acessórias pela PT Ventures e pela PT Participações no montante de 45.760.268 Euros (Nota 55.d) e 54.600.000 Euros (Nota 55.d), respectivamente; e (2) o reembolso de suprimentos pela PT SI no montante de 7.000.000 Euros (Nota 55.e).
- (iv) Os movimentos em investimentos financeiros resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

Aumentos:

Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45 d)	509.364.516
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	800.583.578

Diminuições:

Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45 b)	(27.691.159)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	(579.841.036)
	<u>702.415.899</u>

- (v) Os dividendos distribuídos por empresas do grupo, associadas e outras, têm a seguinte composição (Nota 55.f):

PT Portugal	503.366.459
PT Inovação	18.559.349
PT Finance	17.287.733
Páginas Amarelas	1.997.960
PT Centro Corporativo	1.522.894
Previsão	116.591
UOL	84.122
	<u>542.935.108</u>

c) Recuperabilidade dos investimentos financeiros

A Portugal Telecom, suportada nos planos de negócios das empresas participadas, entende que, em 31 de Dezembro de 2008, o valor contabilístico dos seus investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas (incluindo o valor do *goodwill*, líquido de amortizações acumuladas) não excede o respectivo valor estimado de realização (*fair value*).

15. Locação Financeira

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa dispunha de equipamento de transporte em regime de locação financeira, sendo as suas responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas, as seguintes:

	Capital		Juros		Total
	Curto prazo	Médio/longo prazo	Curto prazo	Médio/longo prazo	
2009	302.061	-	20.519	-	322.580
2010	-	173.509	-	8.483	181.992
2011	-	78.479	-	2.267	80.746
	<u>302.061</u>	<u>251.987</u>	<u>20.519</u>	<u>10.750</u>	<u>585.318</u>

16. Empresas do Grupo e Associadas

Em 31 de Dezembro de 2008, a principal informação financeira respeitante às empresas do grupo e associadas, era como segue:

Partes de capital em empresas do grupo

Denominação	Sede	Capital Próprios	Resultado líquido	Percentagem de participação	Valor da participação (Nota 10)	Provisão (Nota 34)
PT Portugal	(a) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	8.770.128.626	387.077.924	100%	836.128.626	-
PT Prime Tradecom	(b) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	871.351	75.228	66%	-	3.359.572
PT Ventures	(c) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	344.379.426	71.595.249	100%	221.179.427	-
PT Brasil	R.Sampaio Viana, 277-5º Paraíso - S.Paulo, Brasil	34.936.453	4.396.323	99,98%	34.929.466	-
PT Ásia	Rua Pedro José Lobo, 1-3 Macau	(11.425.515)	(217.325)	95,92%	-	10.959.354
PT Inovação	(d) R. Engº José Ferreira Pinto Basto - Aveiro	13.452.755	9.342.281	100%	8.458.766	-
PT SI	(e) Urb., Tagusparque –Parque da Ciência e Tecnologia de Oeiras, Lote 35 - Porto Salvo - Oeiras	10.931.480	(521.865)	99,80%	-	5.087.294
Portugal Telecom Europa	Blue Tower – 324 – Av. Louise, BTE 16º floor - Bélgica - 1050 Bruxelas	171.656	-	98,67%	169.373	-
PT Pro	(f) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	26.773.444	(3.386.805)	100%	-	60.812.468
PT Participações	(g) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	30.056.109	12.493.215	100%	9.781.999	-
Africatel Holdings B.V.	(h) Narutoweg 165, Telestone 8, 1043 BW Amsterdam, Holanda	446.201.373	(36.027.053)	75%	332.963.530	-
PT Imobiliária	R. Tenente Espanca, nº 35 - Lisboa	26.386.900	436.916	100%	26.386.900	-
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	4.268.343	49.915	82,05%	3.502.133	-
Portugal Telecom Internacional Finance B.V.	Strawinkyalaan 3105, 7º floor - Amsterdam, Holanda	264.959.569	12.848.200	100%	264.959.569	-
PT Compras	(i) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	1.235.129	727.016	100%	-	37.784.871
PT II	(j) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	190.567	(539.578)	100%	-	19.309.433
PT Rede Fixa	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	33.024	(5.314)	100%	33.024	-
PT Centro Corporativo	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	728.988	630.133	100%	728.988	-
					1.739.221.801	137.312.992

Partes de capital em empresas associadas:

Páginas Amarelas	Av.Republica, 50, 6º Lisboa	12.354.303	7.123.424	24,88%	3.073.161	-
SGPICE	Rua Mouzinho da Silveira, 32, 7º-Lisboa	(8.454.288)	(10.135)	11,11%	-	939.271
UOL	São Paulo - Brasil	224.093.505	39.387.679	22,17%	49.681.540	-
Sportinveste Multimédia,SGPS,SA	(k) Lg. Lagoa, nº15 A Linda-a-Velha	(2.079.643)	(1.158.294)	50%	-	17.122.412
INESC				26,36%	1.995.192	-
					54.749.893	18.061.683
Ajustamentos de investimentos financeiros (Nota 10.b)					(1.995.192)	
					1.791.976.502	155.374.675

-
- (a) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 7.934.000.000 Euros.
- (b) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 5.961.612 Euros, dos quais 4.261.612 Euros foram concedidos pela Portugal Telecom.
- (c) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 123.200.000 Euros.
- (d) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 4.993.989 Euros.
- (e) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 16.028.970 Euros.
- (f) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 87.585.912 Euros.
- (g) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 20.274.110 Euros.
- (h) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 2.250.000 Euros, dos quais 1.687.500 Euros foram concedidos pela Portugal Telecom.
- (i) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 39.020.000 Euros.
- (j) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 19.500.000 Euros.
- (k) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 32.165.181 Euros, dos quais 30.023.168 Euros foram concedidas pela Portugal Telecom.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de “Partes de capital em outras empresas” tem a seguinte composição (Nota 10.b):

Taguspark	1.296.875
Outras	59.313
	<hr/>
	1.356.188

Em 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos a empresas do grupo têm a seguinte composição (Nota 10.b):

Prestações acessórias e suplementares concedidas:

PT Portugal	7.934.000.000
PT Ventures	123.200.000
PT Pro	87.585.912
PT Compras	39.020.000
PT Participações	20.274.110
PT II	19.500.000
PT SI	16.028.970
PT Inovação	4.993.989
PT Prime Tradecom	4.261.612
Africa PT BV	1.687.500
	<hr/>
	8.250.552.093

Empréstimos de financiamento:

PT Comunicações	744.000.000
Africa PT BV	329.670.330
PT Inovação	22.600.000
PT PRO	14.000.000
PT Ásia	5.201.546
PT Prime Tradecom	2.228.328
	<hr/>
	1.117.700.204
	<hr/>
	9.368.252.297

As prestações acessórias e suplementares não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido.

Em 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos concedidos a empresas associadas têm a seguinte composição (Nota 10.b):

Sportinveste Multimédia (a)	35.318.668
INESC (b)	3.198.311
	<hr/>
	38.516.979
Ajustamento a investimentos financeiros	(3.198.311)
	<hr/>
	35.318.668

- (a) Esta rubrica inclui prestações acessórias no montante de 30.023.168 Euros e suprimentos no montante de 5.295.500 Euros.
- (b) Este empréstimo encontra-se totalmente ajustado em 31 de Dezembro de 2008.

Em 31 de Dezembro de 2008, as contas a receber de curto prazo de empresas do grupo têm o seguinte detalhe:

Valor a receber das empresas do Grupo por efeito da consolidação fiscal (a)	<hr/> 12.978.675
Valor a receber das empresas do Grupo por efeito da tesouraria centralizada (b)	
PT Comunicações	138.093.672
TMN	48.304.726
Africatel	28.269.207
PT Contact	12.318.987
PT Ventures	7.649.887
PT Brasil	5.233.822
PT II	4.163.569
PT Finance	3.479.386
PT Móveis	3.296.608
PT Compras	3.243.304
PT Asia	3.087.710
PT Centro Corporativo	2.170.968
Outras	5.033.143
	<hr/>
	264.344.988
	<hr/>
	277.323.663

- (a) Este valor inclui a colecta de IRC apurada pelas empresas incluídas no consolidado fiscal, no montante de 142.007.975 Euros (Nota 49), líquida dos pagamentos por conta efectuados por estas empresas, no montante de 129.029.300 Euros (Nota 55.b).
- (b) A partir de Março de 2006, a Portugal Telecom passou a centralizar todos os recebimentos e pagamentos das empresas do Grupo sedeadas em Portugal e que sejam integralmente detidas pela Portugal Telecom.

Em 31 de Dezembro de 2008, as contas a pagar de curto prazo a empresas do Grupo têm o seguinte detalhe:

Adiantamento recebido por conta da alienação de participações financeiras à Africatel (Nota 55.d) (a)	712.109.005
Valor a pagar às empresas do Grupo por efeito da tesouraria centralizada (b)	
PT Prime	4.542.006
PT PRO	734.868
PT Prestações	93.594
Outros	650.995
	<hr/>
	718.130.468

-
- (a) Esta rubrica refere-se a um adiantamento efectuado pela Africatel à PT Ventures por conta da alienação de participações financeiras detidas por esta última, nomeadamente na Unitel e na Cabo Verde Telecom. No seguimento da aquisição em Janeiro de 2008 da totalidade do investimento que a PT Ventures detinha na Africatel, conforme explicado na Nota 10.b, a Portugal Telecom assumiu também o passivo relacionado com este adiantamento.
 - (b) A partir de Março de 2006, a Portugal Telecom passou a centralizar todos os recebimentos e pagamentos das empresas do Grupo sedeadas em Portugal e que sejam integralmente detidas pela Portugal Telecom.

18. Garantias Prestadas a Empresas Participadas

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa tinha emitidas fianças e solicitado garantias bancárias a favor de terceiros, conforme segue:

- Emissão de uma fiança ao 8º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A., actualmente incorporada na PT Comunicações, correspondente a liquidações adicionais de IRC no valor de 16.500.043 Euros.
- Emissão de fiança ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondente a uma liquidação de IVA de 2000, no montante de 1.084.093 Euros.
- Apresentação de garantias bancárias ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa, correspondentes a liquidações de IVA de 2001, no montante de 1.283.422 Euros, e a liquidações de IVA de 2002, no montante de 3.310.805 Euros.
- Apresentação de garantia bancária ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa, correspondente a liquidação de IVA de 2001, no montante de 827.911 Euros, a favor da PT Investimentos, actualmente incorporada na Portugal Telecom.
- Emissão de fianças ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondentes a liquidação adicional de IVA de 2001, no montante de 816.680 Euros, e a liquidações adicionais de IRC de 2002, no montante de 996.940 Euros.
- Emissão de fianças ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondentes a liquidações adicionais de IRC de 2003, no montante de 222.289 Euros e a liquidação de IVA de 2003 de 2.179.095 Euros.
- Emissão de fianças ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondentes a liquidações de IVA de 2002, no montante de 1.175.787 Euros, e de IVA de 2004, no montante de 3.172.887 Euros.
- Emissão de fiança ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondente a liquidação de IRC de 2004, no montante de 2.345.032 Euros.
- Emissão de fiança ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondente a dívida à Caixa Geral de Aposentações, no montante de 2.320.258 Euros.
- Apresentação de garantia bancária ao Tribunal do Trabalho de Cascais, correspondente a um litígio, no montante de 378.380 Euros.

A Empresa prestou ainda um aval na livrança subscrita pela Mobitel a favor do Banco Espírito Santo, para contratação de uma linha de crédito no montante de 17 milhões de dólares americanos ("USD"), a qual, à data de 31 de Dezembro de 2008, apresentava uma utilização de USD 16.850.000, correspondente a 12.107.494 Euros.

19. Valores de Mercado do Activo Circulante

Em 31 de Dezembro de 2008, não havia diferenças negativas significativas nos valores das rubricas do activo circulante, calculadas de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pela Empresa (Nota 3) e o respectivo valor de mercado, que não estivessem cobertas pelos ajustamentos constituídos.

29. Dívidas a Terceiros a mais de Cinco Anos

Em 31 de Dezembro de 2008, as dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos ascendem a 1.427.992.857 Euros (Nota 48.d).

34. Movimentos ocorridos nas Provisões

Os movimentos ocorridos no exercício de 2008 nas rubricas de provisões foram os seguintes:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reduções</u>	<u>Utilizações/transferências</u>	<u>Alienações</u>	<u>Saldo final</u>
Provisões:						
Provisão para impostos (a)	14,629,184	5,256,656	(239,855)	1,389,808	-	21,035,793
Outras provisões:						
Processos judiciais em curso	-	4,281	-	-	-	4,281
Perdas em investimentos financeiros (Nota 16) (b)	173,655,967	5,890,248	(5,779,799)	-	(18,391,741)	155,374,675
Outros (c)	3,791,096	-	(3,436,255)	-	-	354,841
	<u>177,447,063</u>	<u>5,894,529</u>	<u>(9,216,054)</u>	<u>-</u>	<u>(18,391,741)</u>	<u>155,733,797</u>
	<u>192,076,247</u>	<u>11,151,185</u>	<u>(9,455,909)</u>	<u>1,389,808</u>	<u>(18,391,741)</u>	<u>176,769,590</u>

- (a) O aumento ocorrido nesta rubrica resulta da avaliação efectuada pela gestão relativamente a contingências fiscais decorrentes de inspecções efectuadas no exercício.
 Adicionalmente, durante o exercício de 2007, a Portugal Telecom recebeu um relatório de inspecção fiscal aos exercícios de 2004 e 2005, questionando a possibilidade de dedução de determinados custos financeiros incorridos pela TMN nos montantes de 100 milhões de euros e 97 milhões de euros, respectivamente. Em 2008, a Portugal Telecom recebeu uma liquidação adicional referente ao ano 2004 relacionada com esta matéria, confirmando a posição inicial das autoridades fiscais. Em 31 de Dezembro de 2008, a Portugal Telecom discorda fortemente desta liquidação e dos referidos relatórios de inspecção e considera, com base na opinião dos seus consultores fiscais, que existem argumentos sólidos para contrapor a posição das autoridades fiscais, pelo que não registou qualquer provisão relativa a esta matéria.
- (b) A provisão para perdas em investimentos financeiros resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial, reflectindo a quota-partes nos capitais próprios negativos de empresas do grupo e associadas. Os aumentos e reduções ocorridos durante o exercício de 2008 foram como segue:

Aumentos:	
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45.b)	5.235.935
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	<u>654.313</u>
	<u>5.890.248</u>

Reduções:	
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d)	(776.666)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	(3.133)
Aumento de capital da PT Pro (Nota 55.h)	<u>(5.000.000)</u>
	<u>(5.779.799)</u>

Em Janeiro de 2008, a Empresa alienou à TMN a totalidade da participação financeira na PT Wi-Fi pelo montante de 50.000 Euros (Nota 55.d). Em resultado desta operação, foi apurada uma mais-valia no montante de 18.441.741 Euros, correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor contabilístico desta participação de 18.391.741 Euros negativos. Tratando-se de uma operação intra-grupo, esta mais valia foi deferida e encontra-se a ser reconhecida em resultado na mesma proporção em que o goodwill apurado pela TMN é amortizado (Nota 52).

- (c) A redução desta rubrica inclui essencialmente a reversão de uma provisão no montante de 3.436.255 Euros, constituída em 2007 para fazer face a eventuais custos decorrentes do processo de *spin-off* da PT Multimédia.

35. Reduções do Capital

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 27 de Abril de 2007 e no âmbito da execução do programa de recompra de acções próprias concluído em 2008, a Empresa:

- Adquiriu 83.204.823 acções próprias no dia 24 de Março de 2008 pelo montante de 711.917.017 Euros, tendo procedido nos termos da mesma deliberação à redução do seu capital social no montante de 2.496.145 Euros, mediante a extinção dessas mesmas acções (Nota 40);
- Adquiriu 46.082.677 acções próprias no dia 10 de Dezembro de 2008 pelo montante de 337.828.601 Euros, tendo procedido nos termos da mesma deliberação à redução do seu capital social no montante de 1.382.480 Euros, mediante a extinção dessas mesmas acções (Nota 40).

Em consequência destas operações, o capital social da Portugal Telecom em 31 de Dezembro de 2008 ascende a 26.895.375 Euros (Notas 36 e 40).

36. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital da Empresa ascendia a 26.895.375 Euros (Notas 35 e 40) e estava representado por 896.512.000 acções ordinárias e 500 acções de Categoria A, com um valor nominal de 3 céntimos de Euro cada.

As matérias que se indicam em seguida não podem ser aprovadas em assembleia geral contra a maioria dos votos correspondentes às acções de Categoria A:

- Autorização de aquisição de acções ordinárias representativas de mais de 10% do capital social por accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a Portugal Telecom;
- Alterações aos estatutos e aumentos de capital, bem como a limitação ou supressão de direito de preferência e fixação de parâmetros para os aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, fixação do valor das emissões daqueles valores mobiliários a deliberar pelo Conselho de Administração e limitação ou supressão de direito de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções, bem como fixação de parâmetros para as emissões de obrigações daquela natureza a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Tomada de deliberações sobre a aplicação dos resultados de exercício, em caso de distribuição de um dividendo aos accionistas numa percentagem superior a 40% dos lucros distribuíveis;
- Eleição da mesa da Assembleia Geral;
- Aprovação dos objectivos gerais e princípios fundamentais das políticas da Sociedade;
- Definição dos princípios gerais da política de participações em sociedades, bem como, nos casos em que aqueles princípios exijam a prévia autorização da Assembleia Geral, tomada de deliberações sobre as respectivas aquisições e alienações;
- Deslocação da sede da Sociedade dentro do concelho de Lisboa ou para concelho limítrofe.

Adicionalmente, para a eleição de um terço do número total dos administradores, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, é necessária a concorrência dos votos emitidos pelo Estado, enquanto titular das acções da Categoria A.

40. Movimentos nas Rubricas de Capital Próprio

Durante o exercício de 2008, os movimentos verificados nas rubricas de capital próprio, foram como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital (Notas 35 e 36)	30.774.000	-	(3.878.625)	26.895.375
Acções próprias (Nota 35)				
Valor nominal	-	3.878.625	(3.878.625)	-
Descontos e prémios	-	1.045.866.993	(1.045.866.993)	-
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	189.792.584	800.714.715	(596.763.250)	393.744.049
Reserva legal	6.773.139	-	-	6.773.139
Outras reservas	471.331.125	1.053.624.243	(1.387.574.219)	137.381.149
Resultados transitados	774.802.104	87.956.027	(713.934.604)	148.823.527
Resultado líquido do exercício	613.450.573	488.717.970	(613.450.573)	488.717.970
	<u>2.086.923.525</u>	<u>3.480.758.573</u>	<u>(4.365.346.889)</u>	<u>1.202.335.209</u>

Capital

A Empresa procedeu a duas reduções de capital nos montantes de 2.496.145 Euros e 1.382.480 Euros, conforme descrito na Nota 35.

Acções próprias

Em 24 de Março de 2008, a Portugal Telecom adquiriu 83.204.823 acções próprias pelo montante de 711.917.017 Euros, tendo procedido à redução do capital social no montante de 2.496.145 Euros mediante a extinção dessas mesmas accções (Nota 35).

Em 10 de Dezembro de 2008, a Portugal Telecom adquiriu 46.082.677 acções próprias pelo montante de 337.828.601 Euros, tendo procedido à redução do capital social no montante de 1.382.480 Euros mediante a extinção dessas mesmas acções (Nota 35).

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

A variação verificada nesta rubrica resulta essencialmente: (i) de variações nos capitais próprios das empresas do Grupo, que não são resultantes do resultado líquido do exercício, e que respeitam fundamentalmente às variações cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das participadas localizadas no Brasil e das participadas que possuem investimentos no Brasil, e à reavaliação de determinados activos tangíveis na PT Comunicações (imóveis e rede de condutas), cujo impacto líquido de imposto ascendeu a 791 milhões de euros; (ii) da diferença entre os resultados do exercício de 2007 das empresas participadas, que advém da aplicação do método da equivalência patrimonial, e os resultados distribuídos por essas empresas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, registada por contrapartida de resultados transitados; e (iii) da distribuição pelas empresas participadas, sob a forma de dividendos, de reservas ou resultados não atribuídos em exercícios anteriores.

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2008 foi como segue:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Equivalência patrimonial (a)	800.586.711	(580.495.349)	220.091.362
Variações cambiais do goodwill (Nota 10.a)	-	(7.413.138)	(7.413.138)
Distribuição de reservas por subsidiárias	-	(8.854.763)	(8.854.763)
Lucros não atribuídos por empresas subsidiárias	15.044	-	15.044
Outros	112.960	-	112.960
	800.714.715	(596.763.250)	203.951.465

(a) Os movimentos relacionados com a equivalência patrimonial encontram-se registados por contrapartida das seguintes rubricas:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Investimentos financeiros (Nota 10)	800.583.578	(579.841.036)	220.742.542
Provisão para perdas em investimentos financeiros (Notas 3 c) e 34 b)	3.133	(654.313)	(651.180)
	800.586.711	(580.495.349)	220.091.362

Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital. Em 31 de Dezembro de 2008 a reserva legal já se encontrava totalmente constituída de acordo com a legislação em vigor.

Outras reservas

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício de 2008 foram como segue:

	Saldo Inicial	Variações positivas	Variações negativas	Saldo Final
Reservas livres	462.395.786	-	(337.828.601)	124.567.185
Reserva da concessão	5.843.644	-	-	5.843.644
Reserva para acções próprias	-	1.049.745.618	(1.049.745.618)	-
Reserva para acções próprias canceladas	3.091.695	3.878.625	-	6.970.320
	471.331.125	1.053.624.243	(1.387.574.219)	137.381.149

Na sequência das aquisições de acções próprias ocorridas em 2008 (Nota 35), foi reforçada a reserva para acções próprias, por contrapartida de uma redução de resultados transitados, no caso da compra efectuada em Março de 2008, e de uma redução de reservas livres, no caso da compra de Dezembro de 2008. Após a extinção destas acções e consequente redução do capital social, as reservas para acções próprias foram reduzidas por contrapartida do cancelamento das acções próprias, tendo sido constituída uma reserva para acções próprias canceladas pelo montante da redução do capital.

Resultados transitados

As variações ocorridas nesta rubrica durante o exercício de 2008, resultam dos seguintes movimentos:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2007	71.482.626	-	71.482.626
Dividendos de equity swaps sobre acções próprias	7.472.641	-	7.472.641
Reservas para acções próprias	-	(711.917.017)	(711.917.017)
Imposto sobre os dividendos de equity swaps sobre acções próprias (Nota 49)	-	(1.980.250)	(1.980.250)
Distribuição de reservas por subsidiárias	8.854.763	-	8.854.763
Lucros não atribuídos por empresas subsidiárias	-	(15.044)	(15.044)
Outros	145.997	(22.293)	123.704
	87.956.027	(713.934.604)	(625.978.577)

Resultado Líquido

Nos termos aprovados pela Assembleia Geral de 28 de Março de 2008, o resultado líquido do exercício de 2007, no montante de 613.450.573 Euros, foi aplicado da seguinte forma:

Distribuição de dividendos	541.967.947
Resultados transitados	71.482.626
	613.450.573

43. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais da Portugal Telecom nos exercícios de 2008 e 2007, foram as seguintes:

	2008		2007	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Administradores executivos	2.880.269	3.336.953	4.039.271	9.173.300
Administradores não executivos	1.323.867	-	991.284	-
Órgão de fiscalização	581.714	-	502.844	-
	4.785.850	3.336.953	5.533.399	9.173.300

No seguimento das alterações de *corporate governance* ocorridas no segundo trimestre de 2008, o Presidente do Concelho de Administração deixou de acumular a função de Presidente da Comissão Executiva. No terceiro trimestre de 2008, um membro da comissão executiva deixou a Empresa, não tendo sido substituído. Adicionalmente, no seguimento das alterações do *corporate governance* ocorridas em Junho de 2007, a composição do órgão de fiscalização foi alterada.

Em 2007, a componente variável não recorrente das remunerações auferidas pelo Conselho de Administração inclui todos os rubricas de pagamentos extraordinários a administradores, nomeadamente indemnizações, pagamentos de montantes devidos em resultado da rescisão de contratos de trabalho, prémios de carácter extraordinário propostos por accionistas de referência e aprovados pela Comissão de Vencimentos e bónus de contratação. Em 2007, as indemnizações ascenderam a aproximadamente 500 mil euros.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 7.621.652 euros e 7.093.734 euros, respectivamente, e as remunerações variáveis ascenderam a 3.521.633 euros e 4.554.000 euros, respectivamente.

Em complemento da política de remuneração acima referida, os administradores executivos e os dirigentes do Grupo Portugal Telecom têm direito a um conjunto de regalias que são utilizadas essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao grupo, e alguns têm também direito a benefícios de reforma ao abrigo dos planos de pensões da PT Comunicações.

45. Demonstrações dos resultados financeiros

Nos exercícios de 2008 e 2007, os resultados financeiros apresentam a seguinte composição:

	2008	2007
Custos e perdas:		
Juros suportados (a)	130.813.114	133.744.596
Perdas em empresas do grupo e associadas (b)	32.927.094	39.638.338
Amortizações de goodwill (Notas 6 e 10)	10.151.618	28.479.418
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4.972.746	4.618.215
Outros custos e perdas financeiros	4.431.480	36.887.750
	<u>183.296.052</u>	<u>243.368.317</u>
Resultados financeiros	<u>424.016.408</u>	<u>571.645.919</u>
	<u>607.312.460</u>	<u>815.014.236</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos (c)	74.301.135	58.623.150
Ganhos em empresas do grupo e associadas (d)	524.341.777	623.136.904
Rendimentos de participações de capital (Nota 55 f)	35.862	2.748.064
Diferenças de câmbio favoráveis	5.403.747	3.435.868
Outros proveitos e ganhos financeiros (e)	3.229.939	127.070.250
	<u>607.312.460</u>	<u>815.014.236</u>

(a) No exercício de 2008, a rubrica "Juros suportados" apresenta a seguinte composição:

Juros de empréstimos bancários, papel comercial externo e outros instrumentos financeiros	105.614.415
Juros de papel comercial interno	18.692.757
Juros de empréstimos obtidos de empresas do grupo	5.757.009
Juros de obrigações	740.985
Outros juros	7.948
	<u>130.813.114</u>

(b) No exercício de 2008, as perdas em empresas do grupo e associadas, decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial no reconhecimento da quota parte nos respectivos resultados líquidos negativos, foram reconhecidos por contrapartida das seguintes rubricas:

	Investimentos financeiros (Nota 10 b)	Provisão para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)	Total
Africatel	27.685.845	-	27.685.845
PT PRO	-	3.386.805	3.386.805
Sportinvest Multimédia	-	579.147	579.147
PT II	-	539.578	539.578
PT SI	-	520.821	520.821
PT Ásia	-	208.458	208.458
PT Rede Fixa	5.314	-	5.314
SGPICE	-	1.126	1.126
	<u>27.691.159</u>	<u>5.235.935</u>	<u>32.927.094</u>

(c) No exercício de 2008, a rubrica "Juros obtidos" apresenta a seguinte composição:

Juros de empréstimos concedidos a empresas do grupo	53.151.661
Juros de aplicações financeiras	18.542.403
Juros de depósitos à ordem	1.283.223
Outros juros	1.323.848
	<hr/>
	74.301.135
	<hr/>

(d) No exercício de 2008, os ganhos em empresas do grupo e associadas, decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial no reconhecimento da quota parte nos respectivos resultados líquidos positivos, foram reconhecidos por contrapartida das seguintes rubricas:

	Investimentos financeiros (Nota 10.b)	Provisão para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)	Total
PT Portugal	387.077.924	-	387.077.924
PT Ventures	71.595.249	-	71.595.249
PTI Finance, BV	12.848.200	-	12.848.200
PT Participações	12.493.215	-	12.493.215
PT Inovação, SA	9.342.281	-	9.342.281
UOL	8.732.248	-	8.732.248
PT Brasil	4.395.444	-	4.395.444
Páginas Amarelas	1.771.952	-	1.771.952
PT Compras	-	727.016	727.016
PT Centro Corporativo	630.133	-	630.133
PT Imobiliária	436.916	-	436.916
PT Prime Tradecom	-	49.650	49.650
Previsão	40.954	-	40.954
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	509.364.516	776.666	510.141.182
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Efeito da consolidação fiscal (Notas 6 e 49)(i)			14.200.595
			<hr/>
			524.341.777
			<hr/>

(i) Este valor reflecte o efeito da dedução do prejuízo fiscal das empresas participadas abrangidas pelo perímetro de consolidação fiscal da Portugal Telecom (Nota 3.h).

(e) No exercício de 2007, esta rubrica inclui essencialmente um ganho de 94.477.028 Euros decorrente do exercício financeiro de *equity swaps* sobre acções da PT Multimédia e um ganho de 32.188.194 Euros referente ao exercício financeiro de equity swaps sobre acções próprias (Nota 55.g).

46. Demonstrações dos Resultados Extraordinários

Nos exercícios de 2008 e 2007, os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2008	2007
Custos e perdas:		
Donativos	-	2 603 770
Perdas em imobilizações	694 971	-
Insuficiência da estimativa para impostos sobre o rendimento (Nota 6)	1 604 790	-
Outros custos e perdas extraordinários	<u>7 247 661</u>	<u>16 700 853</u>
	<u>9 547 422</u>	<u>19 304 623</u>
Resultados extraordinários	<u>60 783 135</u>	<u>42 417 273</u>
	<u><u>60 783 135</u></u>	<u><u>42 417 273</u></u>
	<u><u>70 330 557</u></u>	<u><u>61 721 896</u></u>
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações (a)	65.185.663	47 912 788
Reduções de provisões	3.769.865	-
Excesso da estimativa para impostos sobre o rendimento	-	13 582 857
Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>1.375.029</u>	<u>226 251</u>
	<u><u>70 330 557</u></u>	<u><u>61 721 896</u></u>

- (a) No exercício de 2008, esta rubrica inclui essencialmente: (i) 48.465.493 Euros (Notas 6 e 52) relativos ao reconhecimento em resultado das mais-valias diferidas na sequência de alienações de participações financeiras a empresas do grupo; (ii) 16.631.816 Euros registados na sequência da aquisição à PT Ventures da participação de 78% na Africatel (Nota 10.b), a qual foi reconhecida em resultado na medida em que a PT Ventures registou uma menos-valia de igual montante. Em 2007, esta rubrica inclui uma mais-valia de 35.698.600 Euros apurada na sequência da alienação da participação no Banco Espírito Santo.

47. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do artigo 21º do Decreto-lei nº411/91, de 17 de Outubro, informa-se que não existem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

48. Empréstimos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	2008		2007	
	Curto prazo	Médio e longo prazo (d)	Curto prazo	Médio e longo prazo (d)
Empréstimos por Obrigações:				
Obrigações Convertíveis (a)	-	750.000.000	-	-
Empréstimos bancários (b):				
Empréstimos externos	110.051.551	477.644.528	123.269.695	497.696.079
Outros empréstimos obtidos:				
Empréstimos externos (c)	37.700.000	1.490.700.000	-	1.233.500.000
Empréstimos internos (d)	648.626.163 686.326.163 <u>796.377.714</u>	- 1.490.700.000 <u>2.718.344.528</u>	323.688.504 323.688.504 <u>446.958.199</u>	1.233.500.000 1.233.500.000 <u>1.731.196.079</u>

(a) Obrigações Convertíveis

Em 2008, a Empresa procedeu à emissão de 15.000 obrigações convertíveis com o valor nominal unitário de € 50.000. A emissão foi efectuada por subscrição particular e foi integralmente subscrita pela sua subsidiária PT Finance.

A emissão foi realizada para apoio da emissão de obrigações permutáveis em acções ordinárias da Portugal Telecom, realizada pela PT Finance em Julho de 2007, denominada *"Euro 750.000.000,00 4.125 per cent. Exchangeable Bonds due 2014 exchangeable for new and/or existing ordinary shares of Portugal Telecom, SGPS, SA"* (*"Exchangeable Bonds"*) visando permitir à PT Finance a satisfação de pedidos de conversão que eventualmente sejam formulados, a partir de 3 de Janeiro de 2009, pelos investidores titulares das *Exchangeable Bonds*. As condições desta emissão de obrigações convertíveis replicam por isso os termos das *Exchangeable Bonds*.

(b) Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os empréstimos bancários correspondiam a financiamentos contraídos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) e Kreditantsalt Für Wiederaufbau (KFW), encontrando-se expressos em Euros (directa ou indirectamente através de *currency swaps*).

Em 31 de Dezembro de 2008, as garantias solicitadas a favor de terceiros relacionadas com estes empréstimos são as seguintes:

Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	175.714.286
Aval do Estado a favor do Kreditantsalt Für Wiederaufbau	3.294.254

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais que variavam entre:

	2008	2007
Taxas de juro máxima	5,00%	5,20%
Taxas de juro mínima	3,00%	3,00%

Adicionalmente, a Empresa é mutuária, juntamente com a PT Comunicações e a PT Finance, em seis *Revolving Credit Facilities*, no montante total de 1.465.000.000 Euros, com maturidades entre 2011 e 2013. Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa não tinha utilizado qualquer montante no âmbito destes contratos.

(c) Empréstimos externos

Em 25 de Junho de 1999, a Empresa estabeleceu um Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, a subscrever pela PT Finance, até ao montante de 1.000.000.000 Euros. Na sequência dos aditamentos entretanto efectuados, em 31 de Dezembro de 2008, o montante máximo do programa é de 2.500.000.000 Euros. Nesta data, as emissões efectuadas pela Empresa no âmbito deste programa, no total de 599.400.000 Euros, encontram-se associadas essencialmente a: (i) emissão em 24 de Março de 2005 pela PT Finance de *Global Medium Term Notes* ("GMTNs") no montante total de 1.000.000.000

Euros, com uma maturidade de 7 anos e uma taxa de juro anual de 3,75% (ii) emissão em 16 de Junho de 2005 pela PT Finance de GMTNs no montante total de 500.000.000 Euros, com uma maturidade de 20 anos e uma taxa de juro anual de 4,5%; e (iii) *Revolving Credit Facility* no montante total disponível de 300.000.000 Euros contratada em 24 de Junho de 2004, com maturidade de oito anos.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa estabeleceu um outro Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, a subscrever pela PT Finance, até ao montante de 1.350.000.000 Euros. Na sequência de aditamentos entretanto efectuados, em 31 de Dezembro de 2008 o montante máximo do programa é de 3.000.000.000 Euros. Nesta data, as emissões efectuadas pela Empresa no âmbito deste programa, no total de 929.000.000 Euros, encontram-se associadas essencialmente a: (i) *Revolving Credit Facility* no montante total disponível de 300.000.000 Euros contratada em 24 de Junho de 2004, com maturidade de oito anos; (ii) emissão em 24 de Março de 2005 pela PT Finance de GMTNs no montante total de 1.000.000.000 Euros, com uma maturidade de 7 anos e uma taxa de juro anual de 3,75%; (iii) emissão em 24 de Março de 2005 pela PT Finance de GMTNs no montante total de 500.000.000 Euros, com uma maturidade de 12 anos e uma taxa de juro anual de 4,375%; (iv) emissão em 7 de Agosto de 2008 pela PT Finance de GMTNs no montante total de 50.000.000 Euros, com uma maturidade de 5 anos e uma taxa de juro anual calculada com base na taxa Euribor a 3 meses e margem de 1,50%; e (v) emissão em 23 de Dezembro de 2008 pela PT Finance de GMTNs no montante total de 200.000.000 Euros, com uma maturidade de 2 anos e uma taxa de juro anual calculada com base na taxa Euribor a 3 meses e margem de 2,25%.

(d) Empréstimos internos

A Empresa mantém contratados programas de papel comercial de curto prazo, no montante total de 975.000.000 Euros, incluindo 875.000.000 com tomada firme, encontrando-se utilizado um montante de 648.626.163 Euros em 31 de Dezembro de 2008. Este montante foi emitido em Dezembro de 2008 com uma taxa de juro média anual de 3,27%.

(e) Maturidade da dívida de médio e longo prazo

Em 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso previsto:

2010	310.051.550
2011	113.515.035
2012	742.445.905
2013	124.339.181
2014 e anos seguintes (Nota 29)	<u>1.427.992.857</u> <u>2.718.344.528</u>

(f) Condicionalismos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2008, os principais condicionalismos financeiros ("covenants") incluídos em contratos de dívida da Empresa bem como das suas empresas participadas, todos eles em situação de cumprimento àquela data, eram como segue:

- **Alteração de controlo**

As obrigações convertíveis, as *Credit Facilities*, no montante total de 1.465 milhões de Euros, e alguns dos empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 577 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2008, conferem aos mutuantes o direito de exigirem o pagamento de todos os montantes em dívida no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom.

- **Notações de rating**

Alguns dos empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 291 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2008, estabelecem que no caso de redução dos *ratings* actualmente atribuídos à Portugal Telecom (BBB- pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch), a Empresa pode ser chamada a apresentar uma garantia bancária aceitável pelo banco. Adicionalmente, as condições associadas aos programas de papel comercial podem ser revistos no caso de alteração do *rating* da Portugal Telecom.

- **Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas**

Algumas das *Credit Facilities*, no montante total de 865 milhões de Euros, estabelecem que a Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas "*Material Subsidiaries*" (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados).

- **Alienação de Activos**

A *Credit Facility* de 100 milhões de Euros e alguns dos empréstimos obtidos junto do BEI, no montante de 577 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2008, incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de activos da Portugal Telecom.

- **Rácios Financeiros**

Algumas das *Credit Facilities*, no montante total de 1.015 milhões de Euros prevêem a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3,5 vezes o EBITDA consolidado. Outras *Credit Facilities*, totalizando 150 milhões de Euros prevêem a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4,0 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, as condições de financiamento associadas a algumas *Credit Facilities*, no total de 1.315 milhões de Euros, podem ser alteradas em função do valor do rácio dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado. Finalmente, alguns dos empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 111 milhões de Euros em

31 de Dezembro de 2008, estabelecem que a Empresa pode ser chamada a apresentar uma garantia bancária aceitável pelo banco no caso do valor do rácio dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado (tal como definido nos contratos) ultrapassar 3,5.

• Negative Pledge

O Programa de *Global Medium Term Notes*, as obrigações convertíveis, as *Credit Facilities* e um dos programas de papel comercial estão abrangidos por cláusulas de *Negative Pledge*, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

49. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos com o Estado e outros entes públicos têm o seguinte detalhe:

	2008		2007	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	129.108.205	114.506.097	92.734.114	164.873.961
Imposto sobre o valor acrescentado	790.410	16.149	87.043	94.374
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	16.493	208.974	16.493	396.987
Segurança social	-	40.746	-	92.587
Restantes impostos	-	2.634	-	-
	129.915.108	114.774.600	92.837.650	165.457.909

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante líquido de "Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas" tem a seguinte composição:

	2008	2007
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	113.915.667	163.840.084
Retenções efectuadas por terceiros	(4.917.861)	(3.262.828)
Pagamentos por conta (Nota 55 b)	(123.645.778)	(87.067.557)
Imposto a pagar (recuperar)	45.864	(1.369.852)
Imposto a pagar (recuperar) líquido	(14.602.108)	72.139.847

A reconciliação entre o imposto corrente sobre o rendimento, reflectido no balanço a 31 de Dezembro de 2008 e o custo com o imposto corrente do exercício findo nessa data, é como se segue:

	2008
Imposto corrente das participadas (Nota 16)	142.007.975
Imposto corrente da Portugal Telecom (Nota 6)	(15.894.256)
Imposto corrente registado na situação líquida (Nota 40)	1.980.250
Ganho consolidado fiscal (Nota 45)	(14.200.595)
Outros	22.293
	113.915.667

51. Títulos Negociáveis

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica incluía essencialmente aplicações efectuadas pela Empresa em títulos de curto prazo e de rendimento fixo. À medida que estes títulos atingiram a maturidade, os mesmos foram resgatados e convertidos em depósitos bancários.

52. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos destas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2008	2007
Acréscimos de proveitos:		
Prestação de serviços a empresas do Grupo (a)	17.037.195	30.176.934
Juros a receber	17.471.622	6.018.521
Outros	129.514	30.866
	<u>34.638.331</u>	<u>36.226.321</u>
Custos diferidos:		
Despesas financeiras	2.367.885	748.523
Outros	292.305	430.511
	<u>2.660.190</u>	<u>1.179.034</u>
Acréscimos de custos:		
Encargos financeiros a liquidar	8.747.152	10.381.641
Encargos com férias, subsídios de férias e outros encargos com o pessoal	7.983.407	7.883.810
Outros fornecimentos e serviços externos	1.125.878	2.991.456
Outros (b)	50.630.880	53.217.301
	<u>68.487.317</u>	<u>74.474.208</u>
Proveitos diferidos:		
Mais-valias em transacções intra-grupo (c)	6.296.281.016	6.326.304.765
Outros	1.433.076	1.736.398
	<u>6.297.714.092</u>	<u>6.328.041.163</u>

- (a) Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui valores a facturar relativamente a serviços prestados à Vivo entre Janeiro e Agosto de 2008, no âmbito do contrato de prestação de serviços de consultadoria vigente até Agosto de 2008.
- (b) Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui 43.306.174 Euros referentes ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivados (Nota 53).
- (c) Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui as seguintes mais-valias diferidas relacionadas com a alienação de participações financeiras a empresas do grupo (Nota 3.c): (i) 5.625.920.451 Euros relativos à alienação em 2006 da PT Comunicações e TMN à PT Portugal; e (ii) 670.360.565 Euros relativos às alienações em 2007 da PT.com e PT Prime à PT Comunicações e em 2008 da PT Wi-Fi à TMN (Nota 34). As mais-valias diferidas na sequência da alienação à PT Portugal não se encontram a ser reconhecidas em resultados, na medida que esta empresa regista os investimentos financeiros pelo método do custo e não pelo método da equivalência patrimonial. As restantes mais-valias estão a ser reconhecidas em resultados na proporção em que o *goodwill* registado na PT Comunicações e na TMN é amortizado, tendo a Portugal Telecom reconhecido um ganho de 48.465.493 Euros (Nota 46) em 2008.

53. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa tinha contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados, essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação de qualquer instrumento financeiro derivado é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes nos mercados. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e da carteira de posições detidas pela Empresa. O valor de mercado (*Fair Value*) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações financeiras.

Risco de Taxa de Juro

Em 31 de Dezembro de 2008, a carteira de instrumentos derivados de taxa de juro era constituída por *swaps* de taxa de juro em Euros, contratados com o objectivo de eliminar o risco de variação de taxa de juro de financiamentos. Naquela data, o valor nominal destes instrumentos era de 79 milhões de Euros, com uma maturidade média de 3,5 anos.

Risco de Taxa de Juro e de Taxa de Câmbio

Em 31 de Dezembro de 2008, a Portugal Telecom mantinha um *currency swap* com componente cambial e de taxa de juro, contratado com o objectivo de eliminar a exposição à variação da taxa de câmbio Euro / U.S. Dólar, resultante de um empréstimo denominado em U.S. Dólares contraído em exercícios anteriores. Naquela data, o valor nominal deste instrumento era de 32 milhões de Dólares Americanos, com uma maturidade média de 3,0 anos.

Na sequência do cancelamento da componente de taxa de juro de *currency swaps* anteriormente existentes, a Portugal Telecom mantém opções cambiais e contratos *forward* de Euros para Dólares Americanos. Em 31 de Dezembro de 2008, o montante líquido dos contratos desta natureza era de 200 milhões de Euros, com uma maturidade média de 0,3 anos.

Derivados com acções

Em anos anteriores, a Empresa contratou *equity swaps* sobre acções representativas de 1,83% do seu capital social anterior à redução realizada em 31 de Dezembro de 2007. Em 31 de Dezembro de 2008, o valor nominal total destes contratos era de 178,1 milhões de Euros.

Fair Value dos Derivados

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o *Fair Value* dos instrumentos financeiros derivados e o correspondente valor contabilístico é o seguinte (valores em milhões de Euros):

	2008		2007	
	Valor contabilístico	<i>Fair Value</i>	Valor contabilístico	<i>Fair Value</i>
Instrumentos derivados:				
Taxa de juro	(1,3)	(3,6)	-	(1,3)
Taxa de câmbio (Nota 52)	(43,3)	(43,3)	(46,5)	(46,5)
Taxa de juro e de câmbio	(7,0)	(7,5)	(11,1)	(10,8)
	<u>(51,6)</u>	<u>(54,4)</u>	<u>(57,6)</u>	<u>(58,6)</u>
Instrumentos derivados com acções:				
Acções próprias	(0,2)	(60,3)	(1,3)	(10,6)
	<u>(0,2)</u>	<u>(60,3)</u>	<u>(1,3)</u>	<u>(10,6)</u>

54. Demonstração dos Resultados por Funções

A Demonstração dos Resultados por Funções ("DRF") foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- a) A rubrica "Prestações de serviços" da DRF inclui as prestações de serviços efectuadas ao abrigo do contrato de prestação de serviços técnicos de administração e gestão celebrado com Vivo, S.A., o qual terminou em Agosto de 2008 e não foi renovado.
- b) A rubrica "Custo das prestações de serviços" da DRF inclui, basicamente, parte da rubrica "Fornecimentos e serviços externos", parte da rubrica "Custos e perdas extraordinárias", os "Custos com o pessoal" e as "Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo" da Demonstração dos Resultados por Naturezas ("DRN"), com excepção da amortização dos trespasses ("goodwill") gerados na aquisição de partes de capital, a qual é reconhecida na DRF na rubrica "Ganhos e (perdas) em filiais e associadas".
- c) A rubrica "Outros custos e perdas operacionais" da DRF inclui, fundamentalmente, parte da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" da DRN, a rubrica "Impostos" da DRN, e quotizações e donativos para diversos organismos no âmbito das telecomunicações.

- d) A rubrica "Custo líquido de financiamento" da DRF inclui, essencialmente, as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros:

	2008	2007
Juros obtidos (Nota 45)	74.301.135	58.623.150
Juros suportados (Nota 45)	(130.813.114)	(133.744.596)
Outros proveitos e ganhos financeiros (Nota 45)	3.229.939	127.070.250
Outros custos e perdas financeiros (Nota 45)	(4.431.480)	(36.887.750)
Diferenças de câmbio favoráveis (Nota 45)	5.403.747	3.435.868
Diferenças de câmbio desfavoráveis (Nota 45)	(4.972.746)	(4.618.215)
	<hr/>	<hr/>
	(57.282.519)	13.878.707

- e) A rubrica "Ganhos e (perdas) em filiais e associadas " da DRF inclui as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros e em resultados extraordinários:

	2008	2007
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d) (i)	510.141.182	610.873.614
Perdas em empresas do grupo (Nota 45)	(32.927.094)	(39.638.338)
Amortização de trespasses ("goodwill") (Nota 45)	(10.151.618)	(28.479.418)
Perdas na alienação de empresas subsidiárias (Nota 46)	(694.971)	-
Ganhos na alienação de empresas subsidiárias (Nota 46)	65.097.309	9.127.241
	<hr/>	<hr/>
	531.464.808	551.883.099

(i) Esta rubrica distingue-se dos ganhos em empresas do grupo e associadas apresentadas na DRN uma vez que não inclui os ganhos resultantes da consolidação fiscal no montante de 14.200.595 Euros (Nota 45.d), que são apresentados na rubrica de " Impostos sobre os resultados correntes" (Nota 6).

- f) A rubrica "Ganhos (perdas) em outros investimentos" da DRF inclui em 2007 essencialmente um ganho de 35.698.600 Euros (Nota 46) referente à alienação do investimento financeiro no BES.

- g) A rubrica "Impostos sobre os resultados correntes" tem a seguinte composição:

	2008	2007
Imposto sobre o rendimento do exercício na DRN	14.318.693	5.902.679
Ganho resultante da consolidação fiscal (Notas 6 e 45.d)	14.200.595	12.263.290
Excesso (insuficiência) de estimativa imposto (Nota 46)	(1.604.790)	13.582.857
(Aumento) diminuição da provisão para impostos (Nota 34)	(5.016.801)	(2.102.602)
Outros	1.232.540	(295.371)
	<hr/>	<hr/>
	23.130.237	29.350.853

55. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística nº14, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- a) Recebimentos de clientes

No exercício de 2008, a Portugal Telecom recebeu 30 milhões de euros relativos a serviços prestados à Vivo, S.A. no segundo semestre de 2006 e no exercício de 2007, ao abrigo do contrato de prestação de serviços técnicos de administração e gestão celebrado com esta empresa.

b) Recebimentos/(pagamentos) do imposto sobre o rendimento

No exercício de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Recebimentos das participadas referentes a pagamentos por conta (Nota 16)	129.029,300
Pagamento de IRC referente ao exercício de 2007	(63.861,181)
Pagamentos por conta referentes ao exercício de 2008 (Nota 49)	(123.645,778)
Outros	(4.772,653)
	<u><u>(63.250,312)</u></u>

c) Recebimentos provenientes de e pagamentos respeitantes a títulos negociáveis

Estas rubricas incluem basicamente pagamentos relativos a novas aplicações financeiras contratadas e recebimentos referentes ao resgate destas mesmas aplicações. A redução nos pagamentos e recebimentos em 2008, face a 2007, resulta de à medida que os títulos negociáveis atingiram a maturidade, os mesmos terem sido convertidos em depósitos bancários.

d) Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

No exercício de 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Prestações Acessórias/Suplementares (Nota 10.b):	
PT Participações	54.600.000
PT Ventures	45.760.268
PT Wi-Fi	19.000.000
Africatel	67.500
	<u><u>119.427.768</u></u>

Alienação de participações financeiras:	
Alienação de 3% da Africatel (Nota 10.b)	13.359.362
Alienação da PT WI-FI à TMN (Nota 34)	50.000
	<u><u>13.409.362</u></u>

Outros Recebimentos de Investimentos Financeiros:	
Transferência do contrato de promessa de compra e venda com a Africatel (Nota 16)	712 109 005
PT Comunicações (i)	306 950 000
	<u><u>1.019.059.005</u></u>
	<u><u>1.151.896.135</u></u>

(i) Esta rubrica está relacionada com a operação de alienação da PT.Com, PT Prime e PT Corporate à PT Comunicações em 2007, no seguimento do qual este montante tinha ficado por liquidar em 31 de Dezembro de 2007.

e) Recebimentos provenientes de empréstimos concedidos

No exercício de 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Empréstimos intra-grupo de curto prazo:

PT Comunicações	307,000,000
PT SI (Nota 10 b)	7,000,000
PT Ásia	300,000
INESC	93,755
	<hr/>
	314,393,755

Empréstimos intra-grupo - tesouraria centralizada:

PT Prime	37,744,897
PT Centro Corporativo	10,226,515
PT SI	7,422,878
PT Pro	2,110,082
PT Prestações	316,628
Pro Share	56,847
	<hr/>
	57,877,847
	<hr/>
	372,271,602

f) Recebimentos provenientes de dividendos

No exercício de 2008, esta rubrica corresponde aos dividendos recebidos das seguintes empresas:

PT Portugal (Nota 10.b)	503.366.459
PT Inovação (Nota 10.b)	18.559.349
PT Finance BV (Nota 10.b)	17.287.733
Páginas Amarelas (Nota 10.b)	1.997.960
PT Centro Corporativo (Nota 10.b)	1.522.894
Previsão (Nota 10.b)	116.591
UOL (Nota 10.b)	84.122
Taguspark (Nota 45)	35.862
	<hr/>
	542.970.970

g) Recebimentos provenientes de outras actividades de investimento

No exercício de 2007, esta rubrica inclui um montante de 94.477.028 Euros (Nota 45) referente ao exercício financeiro de *equity swaps* sobre acções da PT Multimédia e um montante de 32.188.194 Euros (Nota 45) decorrente do exercício financeiro de *equity swaps* sobre acções próprias da Portugal Telecom.

h) Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

No exercício de 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Prestações acessórias concedidas (Nota 10.b):

PT Portugal	198.000.000
PT Inovação	2.500.000
Africatel	1.755.000
PT II	1.000.000
	<hr/>
	203.255.000

Pagamento de Investimentos Financeiros:

Aquisição de 78% da Africatel(Nota 10.b)	374.993.712
Aumento capital da PT Ventures (Nota 10.b)	32.308.951
Aumento de capital da PT Pro (Nota 34)	5.000.000
Aumento de capital da PT Ásia (Nota 10.b)	320.000
	<hr/>
	412.622.664
	<hr/>
	615.877.664
	<hr/>

i) Pagamentos respeitantes a empréstimos concedidos

No exercício de 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Empréstimos intra-grupo de curto prazo:

PT Comunicações	<hr/> 307.000.000
-----------------	-------------------

Outros empréstimos:

PT Comunicações	<hr/> 3.491.616
-----------------	-----------------

Suprimentos (Nota 10.b):

PT Comunicações	744.000.000
Africatel	329.670.330
PT Pro	14.000.000
PT Inovação	9.000.000
	<hr/>
	1.096.670.330
	<hr/>
	1.407.161.946
	<hr/>

j) Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos

No exercício de 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Empréstimos externos:

Emissão de Papel Comercial	42.567.158.455
Emissão Obrigações Convertíveis	750.000.000
Empréstimos Bancários	90.000.000
	<hr/>
	43.407.158.455
	<hr/>

k) Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos

No exercício de 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Empréstimos externos:

Papel comercial de curto prazo	41.947.320.796
Empréstimos bancários	123.269.695
	<hr/>
	42.070.590.491

Empréstimos intra-grupo obtidos - tesouraria centralizada:

TMN	102.769.861
PT Comunicações	90.626.545
PT Ventures	24.254.225
PT II	5.176.038
PT Compras	4.641.153
PT Portugal	3.784.009
PT Inovação	3.084.486
PT Contact	1.613.823
Directel	1.571.355
PT Móveis	1.198.557
PT Prime Tradecom	833.491
PT Imobiliária	641.962
PT Participações	367.607
PT Rede Fixa	41.113
	<hr/>
	240.604.225
	<hr/>
	42.311.194.716

l) Componentes de caixa e seus equivalentes

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição dos saldos de caixa e seus equivalentes era como segue:

	2008	2007
Caixa e depósitos bancários		
Depósitos bancários	324.727.073	53.590.287
Caixa	<hr/> 2.000	<hr/> 2.000
	<hr/> 324.729.073	<hr/> 53.592.287

56. Eventos Subsequentes

Não ocorreram quaisquer eventos subsequentes relevantes posteriores à data de 31 de Dezembro de 2008.

Participações qualificadas

Nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 8º do Regulamento nº 5/2008 da CMVM, presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas detidas por terceiros no capital social da PT de que a sociedade foi informada até à data deste relatório:

- A 17 de Dezembro de 2008, a Telefónica, S.A. detinha um total de 76.327.500 acções da PT, representando 8,51% do capital social e dos direitos de voto na PT. Adicionalmente, a Telesp S.A. (Fixa) e a Aliança Atlântica Holding B.V. (empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a Telefónica) detinham, respectivamente, um total de 7.994.250 e 5.329.500 acções da PT, equivalentes a 0,89% e 0,60% do capital social e dos direitos de voto na PT. Em termos globais, a participação qualificada da Telefónica na PT ascendia a 89.651.250 acções, correspondente a 10,00% do capital social e dos direitos de votos.
- A 31 de Dezembro de 2008, a Brandes Investments Partners, L.P. ("Brandes") detinha, por conta dos seus clientes, um total de 84.975.020 acções da PT, equivalentes a 9,48% do capital social da PT, estando autorizada a exercer os direitos de voto sobre um total de 67.379.815 acções, correspondentes a 7,52% do capital social e direitos de voto na PT.
- A 31 de Dezembro de 2008, o Grupo Banco Espírito Santo ("BES") detinha directa e indirectamente 9,34% do capital social e dos direitos de voto na PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BES calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários ("CVM"):

Entidades	Nº acções
Banco Espírito Santo, S.A.	59.873.605
Detidas pelo Fundo de Pensões do BES	11.001.601
Detidas por sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	4.218
Detidas pelos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização do BES	60.318
Detidas por titulares de direito de voto que celebraram com o BES acordo para o seu exercício	12.280.829
Total	83.694.971

- A 31 de Dezembro de 2008, o Grupo Caixa Geral de Depósitos ("CGD") detinha directa e indirectamente 7,28% do capital social e dos direitos de voto na PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGD calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	55.099.150
Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A.	9.595.147
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	18.065
Fundo de Pensões da CGD	586.555
Total	65.298.917

- A 12 de Março de 2007, a Ongoing Strategy Investments, SGPS, S.A. ("Ongoing", empresa detida em 99,99% pela Senhora Dona Isabel Maria Alves Rocha dos Santos), detinha um total de 22.600.000 acções da PT, correspondentes a 2,00% do capital social e dos direitos de voto na PT. Adicionalmente, a Insight Strategic Investments - SGPS, S.A. ("Insight", empresa

detida em 99,99% pela Ongoing) detinha um total de 37.804.969 acções da PT, correspondentes a 3,35% do capital social e dos direitos de voto na PT. Em termos globais, a participação qualificada da Ongoing e respectiva accionista maioritária na PT ascendia a um total de 60.404.969 acções, representativas de 5,35% do capital social e dos direitos de voto. Considerando o actual capital social, a referida participação qualificada da Ongoing corresponderia a 6,74% do capital social e direitos de voto na PT.

- A 15 de Dezembro de 2008, a PT comunicou que o Grupo Barclays detinha, a partir de 5 de Dezembro de 2008, directa e indirectamente 2,54% do capital social e dos direitos de voto na PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação do Grupo Barclays calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº acções
Barclays Capital Securities Ltd	20.804.961
Barclays Capital Inc	1.166.027
Barclays Global Investors Japan Ltd	1.371.804
Barclays Bank Trust Co Ltd	8.000
Gerrard Investment Management Ltd	4.007
Barclays Bank Plc	129.977
Barclays Life Assurance Co Ltd	174.834
Barclays Bank (Suisse) SA	29.233
Barclays Fundos	235.400
Total	23.924.243

Considerando o actual capital social, a referida participação qualificada do Grupo Barclays corresponderia a 2,67% do capital social e direitos de voto na PT.

- A 5 de Junho de 2007, o Grupo Visabeira SGPS, S.A. (“Grupo Visabeira”, empresa detida em 83,52% pelo Senhor Engenheiro Fernando Campos Nunes) detinha um total de 11.523.213 acções da PT, correspondentes a 1,02% do capital social e dos direitos de voto na PT. Adicionalmente, a Visabeira Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. (empresa detida em 100% pela Visabeira Estudos e Investimentos, S.A., a qual era detida em 100% pela Visabeira Serviços, SGPS, S.A., que por sua vez era detida em 100% pelo Grupo Visabeira) detinha um total de 11.144.260 acções da PT, correspondentes a 0,99% do capital social e dos direitos de voto na PT. Em termos globais, a participação qualificada do Grupo Visabeira e respectivo accionista maioritário na PT ascendia a um total de 22.667.473 acções, representativas de 2,01% do capital social e dos direitos de voto. Considerando o actual capital social, a referida participação qualificada do Grupo Visabeira corresponderia a 2,53% do capital social e dos direitos de voto na PT.
- A 4 de Abril de 2008, a Controlinveste Comunicações, SGPS, S.A. (“Controlinveste”, empresa dominada pela Olivedesportos – Publicidade, Televisão e Media, S.A. que era dominada pela Sportinveste, SGPS, S.A. que, por sua vez, era dominada pela Controlinveste, SGPS, S.A., e que, por sua vez, era dominada pelo Senhor Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira) detinha um total de 20.421.247 acções da PT, correspondente a 2,17% do capital social e dos direitos de voto na PT. Considerando o actual capital social, a referida participação qualificada da Controlinveste corresponderia a 2,28% do capital social e direitos de voto na PT.
- A 10 de Abril de 2008, a Taube Hodson Stonex Partners LLP (“Taube”) detinha um total de 19.401.182 acções da PT, equivalente a 2,06% do capital social e dos direitos de voto na PT. Considerando o actual capital social, a referida participação qualificada da Taube corresponderia a 2,16% do capital social e direitos de voto na PT.

-
- A 30 de Dezembro de 2008, a Ontario Teachers' Pension Plan Board detinha um total de 17.938.889 acções da PT, equivalente a 2,001% do capital social e dos direitos de voto na PT.

Refira-se ainda que, não obstante o quadro das participações qualificadas comunicadas à Sociedade até 31 de Dezembro de 2008, em Janeiro de 2009, o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. ("BBVA") comunicou ter reduzido a sua participação social para 0,76% do capital social da PT e correspondentes direito de voto.

Participações nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos e para os efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, presta-se a seguinte informação quanto às participações financeiras detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da PT, à data do presente relatório:

Conselho de Administração (incluindo membros da Comissão de Auditoria)

- Henrique Granadeiro é titular de 150 acções da PT.
- Zeinal Bava é titular de 63.161 acções da PT. O cônjuge é titular de 75 acções da PT.
- Luís Pacheco de Melo é titular de 45 acções da PT.
- António Caria é titular de 486 acções da PT.
- Rui Pedro Soares é titular de 50 acções da PT.
- José María Álvarez-Pallete é titular de 100 acções da PT.
- Franquelim Alves não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de Grupo.
- Francisco Marques Bandeira é titular de 483 acções da PT.
- José Xavier de Basto não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de Grupo.
- Fernando Soares Carneiro não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de Grupo.
- Luís de Azevedo Coutinho não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de Grupo.
- Santiago Fernández Valbuena é titular de 100 acções da PT.
- João de Mello Franco e cônjuge são titulares de 13.308 acções da PT.

-
- Joaquim Goes é titular de 2.437 acções da PT.
 - Gerald McGowan não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de Grupo.
 - Rafael Mora Funes não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de Grupo, sendo o cônjuge titular de 501 acções da PT.
 - Amílcar de Moraes Pires é titular de 2.146 acções da PT.
 - Francisco Pereira Soares não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de Grupo.
 - Jorge Tomé não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de Grupo.
 - Nuno de Almeida e Vasconcellos é titular de 11.190 acções da PT. Em 10 de Outubro de 2008, adquiriu 1.300 acções da PT, através de operações a contado realizadas no mercado regulamentado Eurolist by Euronext Lisbon, a um preço unitário de 5,29 euros. A Ongoing, na qual Nuno de Almeida e Vasconcellos exerce a função de Presidente do Conselho de Administração, detinha um total de 22.600.000 acções da PT. Adicionalmente, a Insight (detida em 99,99% pela Ongoing) detinha um total de 37.804.969 acções da PT, como referido anteriormente na secção das participações qualificadas.
 - Thomaz Paes de Vasconcellos não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de Grupo.

Revisor Oficial de Contas

- Pedro Matos Silva, Revisor Oficial de Contas efectivo, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de Grupo.
- Mário Gomes, Revisor Oficial de Contas suplente, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de Grupo.



Relatório e parecer da Comissão de Auditoria

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2008

1 – Introdução

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade, vem a Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, SA (“Sociedade” ou “PT SGPS”) emitir o seu relatório e dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e sobre a proposta do Conselho de Administração de aplicação de resultados. As demonstrações financeiras incluídas no Relatório e Contas referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas geralmente aceites em Portugal. A Empresa preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia, publicadas em separado.

2 – Actividades de fiscalização

A Comissão de Auditoria, no âmbito das suas competências e no exercício das suas funções como órgão de fiscalização, desenvolveu um conjunto de acções de fiscalização quanto à qualidade e integridade do processo de elaboração e divulgação da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas da Sociedade.

A Comissão reuniu com os responsáveis pela preparação do Relatório e Contas individuais da Sociedade e das contas das principais subsidiárias, com os Auditores Externos e com o Revisor Oficial de Contas da Sociedade, tendo analisado as principais questões que se levantaram no fecho das contas e na elaboração do relatório de gestão. Adicionalmente, a Comissão de Auditoria apreciou os termos da Certificação Legal de Contas Individual emitida pelo Revisor Oficial de Contas e o Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, ambos sobre as referidas demonstrações financeiras individuais aprovadas pelo Conselho de Administração, os quais não apresentam qualquer reserva.

No desempenho das suas competências, a Comissão de Auditoria acompanhou a gestão e evolução dos negócios da Sociedade e o cumprimento das normas legais, regulamentares e contabilísticas aplicáveis.

Em particular, a Comissão acompanhou a execução e examinou o impacto na situação financeira das seguintes medidas aplicadas na sequência da política de remuneração accionista deliberada pela Assembleia Geral da Sociedade, em 28 de Março de 2008:

- A distribuição de dividendos em dinheiro, no valor de 0,575 Euros por acção, relativos ao exercício de 2007 e pagos em 24 de Abril de 2008;
- As alterações ao capital social da Sociedade, com destaque para as reduções de capital social ocorridas em 24 de Março de 2008, no montante de 2.496.145 Euros, mediante o cancelamento de 83.204.823 acções próprias; e, em 10 de Dezembro de 2008, no montante de 1.382.480 Euros, mediante o cancelamento de 46.082.677 acções próprias, em execução do programa de recompra de acções próprias deliberado naquela assembleia, programa que se encontra executado na íntegra.

A Comissão de Auditoria apreciou e deu parecer favorável ao projecto de deliberação do Conselho de Administração, de 12 de Novembro de 2008, relativo a futuro(s) aumento(s) de capital social da PT SGPS a realizar pelo Conselho de Administração, nos termos legais e na medida do necessário para satisfazer os pedidos de conversão no âmbito da emissão pela PT SGPS de 15.000 obrigações convertíveis em acções ordinárias da PT SGPS, emissão essa no montante global de 750 milhões de Euros, a ser integralmente subscrita pela Portugal Telecom International Finance, B.V., nos termos aprovados nas Assembleias Gerais de 27 de Abril e 22 de Junho de 2007.

A Comissão de Auditoria acompanhou e deu parecer favorável à deliberação da Conselho de Administração da subsidiária PT Comunicações, SA de alteração do método de valorização dos bens imobiliários e da rede de condutas do custo histórico para o método de reavaliação utilizando o valor de mercado para os imóveis e o custo de reposição para a rede de condutas. Desta alteração de política contabilística resultou um incremento do Capital Próprio de 790.686.788 Euros

A Comissão de Auditoria exerceu também as suas competências em matéria de supervisão das habilitações, independência e execução de funções dos Auditores Externos e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade e de supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno e de gestão de riscos e da função de auditoria interna da PT SGPS.

Relativamente ao sistema de controlo interno, destaca-se a sua certificação em 2008, por referência ao exercício de 2007, pelos Auditores Externos da Sociedade, em conformidade com os requisitos definidos na *Section 404* do *Sarbanes-Oxley Act*, com base na metodologia definida pelo *COSO (Committee of Sponsoring Organizations)*.

As actividades de fiscalização acima descritas serão tratadas mais pormenorizadamente no relatório de actividades da Comissão de Auditoria relativo ao exercício de 2008 divulgado no *website* da Sociedade.

3 - Parecer sobre o relatório e conta individuais relativos ao exercício de 2008

Em face do exposto, a Comissão de Auditoria é da opinião que:

A - O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais do exercício findo a 31 de Dezembro de 2008, os quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados por natureza, as demonstrações dos resultados por funções, as demonstrações dos fluxos de caixa e respectivas notas anexas, referentes ao exercício findo àquela data, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação à Assembleia Geral da PT SGPS;

B – A Assembleia Geral da PT SGPS aprove a proposta de aplicação de resultados, aprovada a 17 de Fevereiro de 2008 pelo Conselho de Administração da Sociedade, para efeitos do Ponto 3 da Ordem de Trabalhos desta Assembleia.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2009

O PRESIDENTE

(João Manuel de Mello Franco)

OS VOGAIS

(Thomaz Paes de Vasconcellos)

(José Guilherme Xavier de Basto)



Certificação legal das contas



P. MATOS SILVA,
GARCIA JR., P. CAIADO
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Franç

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Empresa") do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 13.713.103.128 Euros e um total do capital próprio de 1.199.820.781 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos accionistas da Empresa e reconhecido na demonstração dos resultados consolidados de 581.512.476 Euros e um total dos interesses minoritários de 964.210.395 Euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRSs")), tal como adoptadas na União Europeia.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os seus ganhos e perdas consolidados reconhecidos e os seus fluxos de caixa consolidados, a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a actividade, posição financeira ou resultados das empresas incluídas no perímetro da consolidação.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Sócios: Pedro Matos Silva, José Garcia Júnior, António Pires Caiado, João Paulo Ferreira, Luísa Maria Rebordão

R. Machado de Castro, 76, 4º Dto 3000-320 Coimbra Telf.: 239 836 532 Fax: 239 836 937 E-mail: ms.sroc.co@mail.telepac.pt
R. Luciano Cordeiro, 113, 6º Esq. 1150-214 Lisboa Telf.: 213 522 176 Fax: 213 521 924 E-mail: ms.sroc.lx@netcado.pt

Capital social: 7 500 €uros - Contribuinte nº 501 801 804 – Inscrição na O.R.O.C. com o nº 44
Inscrição no Registo de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários nº 1054



P. MATOS SILVA,
GARCIA JR., P. CAIADO
& ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o exame incluiu a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a verificação das operações de consolidação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e appropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SGPS, SA e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações, os seus ganhos e perdas consolidados reconhecidos e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards ("IFRSs")*), tal como adoptadas na União Europeia.



P. MATOS SILVA,
GARCIA JR., P. CAIADO
& ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para o seguinte:

- Como explicitado nas Notas 4, 34 e 41 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 2008 a Empresa procedeu à reavaliação dos bens imóveis e da rede de condutas afectos à sua actividade de rede fixa, tendo destas reavaliações resultado um aumento do Activo, do Passivo e do Capital Próprio de cerca de 1.075.033.000 Euros, 284.346.000 Euros e 790.687.000 Euros, respectivamente.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2009

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por



Pedro Matos Silva



Relatório de auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Portugal Telecom”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2008, que evidencia um total de 12.099.453.245 Euros e capitais próprios de 1.202.335.209 Euros, incluindo um resultado líquido de 488.717.970 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Página 2 de 2

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 6, a posição financeira da Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3.c) do Anexo, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa preparou nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, para publicação em separado.
7. Conforme referido na Nota 40 do anexo às demonstrações financeiras, a empresa participada PT Comunicações S.A. reavaliou, durante o exercício de 2008, os bens imóveis e a rede de condutas afectos à sua actividade, anteriormente relevados contabilisticamente pelo custo de aquisição. O impacto desta alteração nas demonstrações financeiras da Empresa, consistiu em aumentar o activo e os capitais próprios no montante de, aproximadamente, 790.687.000 Euros.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2009



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Manuel Maria Reis Boto